

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

YVES PINHEIRO TEIXEIRA

**AS POLÍTICAS EXTERNAS DE CARLOS SALINAS DE GORTARI NO MÉXICO E
FERNANDO COLLOR DE MELLO NO BRASIL: OS REFLEXOS PARA O
PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANO.**

**Santana do Livramento
2014**

YVES PINHEIRO TEIXEIRA

**AS POLÍTICAS EXTERNAS DE CARLOS SALINAS DE GORTARI NO MÉXICO E
FERNANDO COLLOR DE MELLO NO BRASIL: OS REFLEXOS PARA O
PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Msc. Rafael Balardim

YVES PINHEIRO TEIXEIRA

**AS POLÍTICAS EXTERNAS DE CARLOS SALINAS DE GORTARI NO MÉXICO E
FERNANDO COLLOR DE MELLO NO BRASIL: OS REFLEXOS PARA O
PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 15/08/2014.

Banca examinadora:

Prof. Msc. Rafael Balardim
Orientador
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof.^a Dra. Kamilla Raquel Rizzi
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
História (IFCH) – UFRGS

Dedico este trabalho aos meus pais, por sempre estarem ao meu lado e aconselharem-me nos momentos de indecisão.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, gostaria de direcionar os meus agradecimentos a Deus, por ser a minha constante força motivadora e inspiradora que me guia pelas veredas do bem e me auxilia nos esforços despendidos até as conquistas da vida.

À minha mãe, que sempre esteve do meu lado, sendo-me mais do que uma amiga. Sou grato, pela capacidade de cativar as pessoas ao seu redor, pela sensibilidade para dar conselhos, pela competência em entender as limitações dos outros, e, acima de tudo, pelo exemplo de perseverança que representa.

Ao meu pai, cuja preocupação tem se manifestado sempre no sentido de me advertir e de me resguardar contra os percalços da vida. Agradeço pela notável inteligência com que me ensinou a proceder ao longo dos meus desafios acadêmicos.

Ao Prof. Msc. Balardim, pela ministração da disciplina Política Externa Brasileira II, ao longo da qual estimulou os estudantes a se debruçarem em assuntos pertinentes às Relações Internacionais do Brasil, e, assim, preparou-nos para se habituar à disciplina necessária às pesquisas mais extensas. Pelo discernimento e sensatez presentes em suas orientações e pela paciência em receber as minhas dúvidas.

Aos meus amigos e colegas de curso, com os quais pude compartilhar momentos de aprendizado diante das dificuldades tanto em ambiente acadêmico, quanto em nosso cotidiano. Igualmente, pelos momentos de alegria que pudemos provar em ocasiões de descontração.

Por fim, agradeço à UNIPAMPA, pela grande e ímpar oportunidade de estudos no México ofertada aos seus discentes, da qual pude participar com muita satisfação.

“Com efeito, nada mais proveitoso à compreensão dos acontecimentos que assistir à indecisão da inteligência humana quando ela procura explicá-los”.

(Jean-Baptiste Duroselle)

RESUMO

Ao ser propagada desde o centro capitalista, representado essencialmente por Estados Unidos e Inglaterra, a onda neoliberal da década de 1990 foi recebida na periferia do sistema internacional em um clima de expectativa ao desenvolvimento observado nos países industrializados. Com sua incorporação à América Latina, no contexto de retorno da democracia em muitos países de tal região, as políticas neoliberais que foram, muitas vezes, exercidas de maneira indiscriminada não deixaram de causar efeitos daninhos às economias dos Estados latinos. Nesse sentido, o trabalho busca demonstrar que o processo de integração latino-americano também sentiu os reflexos da conjuntura liberal, principalmente quando dois países importantes da região, como México e Brasil, aumentaram o hiato entre si no marco da criação do NAFTA e do MERCOSUL durante os governos de Carlos Salinas de Gortari e Fernando Collor de Mello.

Palavras-chave: Política Externa; Carlos Salinas de Gortari; Fernando Collor de Mello; NAFTA; MERCOSUL.

RESUMEN

Al ser propagada desde el centro capitalista, representado esencialmente por Estados Unidos e Inglaterra, la ola neoliberal de la década de los 1990s fue recibida en la periferia del sistema internacional tras un clima de expectativa al desarrollo observado en los países industrializados. Con su incorporación en América Latina, en medio a un contexto de retomada de la democracia en muchos países de la región, las políticas neoliberales que fueron, muchas veces, ejecutadas de modo indiscriminado no dejaron de causar efectos negativos a las economías de los Estados latinos. En este sentido, la presente investigación pretende demostrar que el proceso de integración latino-americano también sintió los reflejos de la coyuntura liberal, principalmente, cuando dos países importantes de la región, como México y Brasil, alargaron el hiato entre si bajo el marco de la creación del NAFTA y del MERCOSUR a lo largo de los gobiernos de Carlos Salinas de Gortari y Fernando Collor de Mello.

Palabras-clave: Política Exterior; Carlos Salinas de Gortari; Fernando Collor de Mello; NAFTA; MERCOSUR.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Índices de crescimento econômico e investimento na América Latina no interregno 1973-1990.	35
Gráfico 2 — México: crescimento real do PIB de 1981 a 1988.	48

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 — As orientações do Consenso de Washington definidas em dez pontos.41
- Tabela 2 — Alíquotas de importação brasileira entre 1990-1994 (em porcentagem).58

LISTA DE SIGLAS

- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
- EUA – Estados Unidos da América
- FDN – Frente Democrática Nacional
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- NAFTA – *North America Free Trade*
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo
- PAN – Partido da Ação Nacional
- PEMEX – Petróleos de México
- PIB – Produto Interno Bruto
- PRI – Partido Revolucionário Institucional
- PRN – Partido da Reconstrução Nacional
- TLC – Tratado de Livre Comércio
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3	O CONTEXTO INTERNACIONAL DO FIM DO SÉCULO XX.....	24
	3.1 O FIM DO SISTEMA BRETTON WOODS.....	24
	3.2 AS CRISES DO PETRÓLEO DA DÉCADA DE 1970.....	30
4	A DÉCADA PERDIDA LATINO-AMERICANA E A DIFUSÃO DO NEOLIBERALISMO	34
	4.1 A CRISE DA DÍVIDA DOS ANOS 1980.....	34
	4.2 O NEOLIBERALISMO E O CONSENSO DE WASHINGTON	37
5	O MÉXICO E O BRASIL NA PASSAGEM DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 ..	43
	5.1 O GOVERNO DE CARLOS SALINAS DE GORTARI (1988-1994) E SUA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL.....	43
	5.2 A CRIAÇÃO DO NAFTA	51
	5.3 O GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992) E A FORMAÇÃO DO MERCOSUL.....	55
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
7	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

Desde que os países localizados na América Latina tornaram-se independentes de suas metrópoles, os contextos do cenário internacional que experimentam vêm, desde então, sendo marcados pela dinâmica de alternância de subordinação. Embora não seja mais de caráter político, tal subordinação ainda persiste no campo econômico, sendo ora mais forte em relação a um país, ora em relação a outro, mas que, em boa medida, é sempre imposta desde o centro capitalista.

Na década de 1990, as relações internacionais no continente americano eram pautadas, principalmente, pela atuação dos Estados Unidos como potência difusora de uma nova corrente baseada no liberalismo econômico clássico do século XIX. Este pensamento econômico apregoava, em linhas gerais, a abertura plena dos mercados nacionais, a desregulamentação dos fluxos de capitais internacionais e a livre concorrência, sendo conhecido pelo nome de Neoliberalismo.

Desde meados da década de 1980 e, ao longo de todo o decênio seguinte, os governos de muitos países latino-americanos passaram a basear o funcionamento de suas respectivas economias na adoção de práticas alinhadas aos princípios formadores da corrente neoliberal. Paralelo a tal fato, começa-se a identificar o esvaziamento dos projetos de desenvolvimento nacional que os Estados dessa região levavam de forma autônoma, em prol da perspectiva de alcance ao estágio da modernização e desenvolvimento iguais aos que as nações desenvolvidas podiam usufruir.

O que não se levou em consideração, no entanto, foi o raciocínio de que para que possam existir países-potência e desenvolvidos sempre será de vital condição a manutenção de nações subordinadas economicamente a eles. A falta de atenção a essa lógica do sistema talvez tenha sido resultado do clima de contentamento trazido pelo processo de redemocratização de países que muito tempo estiveram submetidos a regimes ditatoriais. A ideia vendida era a de que o passado ditatorial representava o antigo, o antiquado, e que, por isso, dever-se-ia buscar o novo, o desenvolvimento, o progresso e a modernização, acompanhando os benefícios que o capitalismo triunfante poderia proporcionar.

O desfecho da Guerra Fria também desempenha papel fundamental no rumo seguido pelas nações da América Latina ao final do século XX. No interregno de 1989 a 1991, a queda do Muro de Berlim já anunciava o processo de decadência do sistema internacional em voga à época, facetado no embate ideológico entre capitalismo e socialismo, e que culminou na dissolução da União Soviética. Por conseguinte, o sistema internacional passou a ser não apenas sustentado, mas também, direcionado pelo capitalismo, o qual se afirmou como o único modo de produção e paradigma ideológico possível. De reforço a essa ideia, formulavam-se novas teorias no universo acadêmico, dentre as quais se situa a tese do “Fim da História”, de Francis Fukuyama. Nos dizeres de Vizentini e Pereira (2008, p. 222), “sinalizavam em direção a um mundo capitalista único e estável, caracterizado pela paz, pela democracia e pela prosperidade, com a globalização servindo de panaceia universal”. Portanto, a configuração do ambiente internacional de então, tornou-se propícia para o reforço das diretrizes neoliberais de política econômica internacional apregoadas pelos Estados Unidos e pela Inglaterra.

No México e no Brasil, os governos de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e Fernando Collor de Mello (1990–1992) abraçaram políticas externas neoliberais e as exerceram de maneira rigorosa. Sendo assim, acabaram permitindo muitos problemas econômicos ao fragilizar o mercado interno com a inundação de produtos estrangeiros. Levaram à falência grande parte das empresas nacionais que não conseguiram competir com a concorrência desleal frente ao vasto número de empresas internacionais dos diversos setores, produtoras de artigos tecnicamente superiores e mais baratos. Além disso, não se pode deixar de comentar sobre o recrudescimento do quadro de desigualdade social e desemprego. Nesse sentido, os interesses das forças transnacionais da globalização alcançavam prevalência sobre os interesses nacionais, à medida que a abertura indiscriminada e o desinteresse pelo equilíbrio interno e externo aprofundavam as dependências estruturais com relação ao exterior (CERVO, 2008).

Apresentadas, portanto, as delimitações temporal, geográfica e histórica, buscar-se-á apresentar o desenrolar dos processos de integração aos quais se inseriram o México e o Brasil durante os governos daqueles presidentes, levando-se em conta a questão conjuntural do cenário internacional e a situação interna de cada um, e apontar quais os reflexos que provocaram no relacionamento com seus vizinhos.

Sabendo que em meio à onda Neoliberal da década de 1990 o México e o Brasil puderam se tornar parte integrante de processos de integração com seus vizinhos, a saber, o NAFTA e o MERCOSUL, busca-se responder o problema do presente trabalho: qual é a importância que estes blocos tiveram para o processo latino-americano de integração como um todo?

Os acontecimentos que marcaram as transformações do contexto internacional ao longo das décadas de 1970 e 1980 e com continuidade na década seguinte, puderam, em grande medida, conduzir ampla aceitação por parte de muitos países da América Latina em relação à proposta estadunidense de desenvolvimento pelo Neoliberalismo. Sendo assim, a hipótese que se levanta no trabalho é a de que se o México e o Brasil tiveram como ponto de interseção a persecução do Neoliberalismo pelas políticas externas de Salinas de Gortari e Collor de Mello, então puderam influenciar de forma semelhante seus relacionamentos com os demais países latino-americanos, bem como os processos de integração regional.

A pesquisa se justifica pela importância de um trabalho que estabeleça uma análise comparativa dos caminhos seguidos por dois dos mais importantes países da América Latina, México e Brasil, durante as gestões presidenciais específicas que os inseriram a órbita dos princípios do Neoliberalismo da década de 1990. Justifica-se, também, pela intenção de que o trabalho possa contribuir para a constatação dos problemas e dificuldades político-econômicos e sociais gerados tanto para os países em questão, quanto para os processos de integração regional da América Latina.

Além disso, espera-se que o estudo sirva de apoio àqueles que despertem interesse pela temática, possibilitando encontrar nas análises apresentadas as bases e os fatores gerais para o entendimento do modo como o Neoliberalismo influenciou nas Relações Internacionais do subcontinente latino-americano, tendo o México e Brasil como objetos de observação. Assim, apresenta-se o afastamento do México da América Latina, a partir de seu envolvimento no NAFTA, e a criação acelerada do MERCOSUL sem levar em conta as assimetrias econômicas de seus integrantes. Igualmente, acredita-se poder colaborar com a literatura diversificando a gama de abordagens já existentes sobre temas afins.

Como objetivo geral, o estudo busca entender como o México e o Brasil puderam influenciar o curso do processo latino-americano de integração, em seu conjunto, no marco da criação do NAFTA e do MERCOSUL, levando-se em

consideração o fato de serem dois importantes países da América Latina que se posicionavam frente aos Estados Unidos utilizando semelhantes modelos de política externa cunhados pelo alinhamento preferencial aos interesses da potência estadunidense. Igualmente, a argumentação presente no trabalho visa especificamente a) contextualizar ambos os governos, de Carlos Salinas de Gortari, no México, e Fernando Collor de Mello, no Brasil, em relação às principais transformações sucedidas no cenário internacional do final do século XX; b) expor os condicionantes que induziram os dirigentes mexicano e brasileiro a adotarem os postulados do Consenso de Washington como elementos norteadores das políticas externas de seus respectivos países e c) entender como se deu a criação do NAFTA e do MERCOSUL sob a perspectiva da difusão do Neoliberalismo na América Latina.

O trabalho tem como método de pesquisa o procedimento de reflexão indutivo, porquanto serão analisados os casos particulares das políticas externas de Salinas de Gortari e Collor de Mello visando chegar a conclusões e generalizações prováveis a respeito de como interferiram nos processos de integração latino-americanos.

Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Seguindo tal perspectiva, no tocante à forma em que o problema é levantado no trabalho, a pesquisa constitui-se, majoritariamente, sob o viés qualitativo. Isto, porque se pauta pela necessidade de suscitar interpretações e conclusões indutivas sobre a importância do MERCOSUL e do NAFTA no quadro da integração regional da América Latina a partir da análise crítica dos dados que versam sobre o tema. Não se abre mão, no entanto, de enriquecer a precisão das inferências desenvolvidas ao longo do estudo utilizando-se de dados numéricos.

Como a pesquisa se propõe a contextualizar os governos mexicano e brasileiro em meio as principais transformações que vinham ocorrendo no cenário internacional, com vistas a identificar as razões que os conduziram a se submeter ao Consenso de Washington. Entende-se peremptório o uso do procedimento histórico. Ademais, o estudo seguido no trabalho lança mão a uma estrutura comparativa de tracejo dos caminhos político-econômicos que o México e o Brasil seguiram na passagem dos anos 1980 e 1990. Dessa forma, procura-se tanto identificar

semelhanças e diferenças na aplicação do Neoliberalismo, quanto tornar mais evidente quais os empecilhos que foram configurados e quais os estimulantes foram trabalhados pelos dois países no universo relativo ao processo de integração das nações localizadas na América Latina.

No que tange à técnica de pesquisa, a obtenção dos dados necessários para permitir o estudo e análise do tema ao qual o trabalho se propõe a apresentar se pauta no recolhimento de documentação de caráter indireto, ou seja, coleta prévia das informações julgadas relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, as informações provirão de fontes secundárias, a exemplo de livros, notícias, reportagens, mapas, tabelas, teses, etc, nas quais o tema da presente pesquisa já tenha sido abordado e analisado sob a perspectiva de outros observadores. Recorrer-se-á, igualmente, às fontes de caráter primário, como discursos presidenciais e/ou de chanceleres, disposições dos Tratados abordados, Consenso de Washington, etc., no intuito de diversificar as fontes do estudo e lhe conferir robustez argumentativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O decênio de 1980 já parecia profetizar, de forma consistente, o curso que as políticas externas dos países do subcontinente latino-americano, de modo geral, tomariam nos anos da década seguinte. Figurar o que viria ocorrer de fato ao longo de 1990, no tocante ao relacionamento de muitos países de tal região com os países desenvolvidos, sobretudo com os Estados Unidos, pareceria uma tarefa não muito trabalhosa se se considerasse o curso dos acontecimentos no cenário internacional desde a década de 1970. Com o advento das crises do petróleo de 1973 e 1979 e todo o desconcerto econômico que provocaram nos anos 80, até chegar ao fim da Guerra-Fria, com o triunfo estadunidense e a consolidação de seu status de potência, a fase neoliberal que a América Latina viria a experimentar nos anos decorrentes começava a se esboçar. Sobre isso, Amado Cervo, diz que

a irrupção do paradigma normal, também chamado de neoliberal pela literatura, obedeceu do mesmo modo a impulsos internos e externos. Externamente, o colapso do socialismo, o triunfo da economia de mercado e a miragem da globalização levaram os dirigentes latino-americanos a considerar que também convinha pôr termo à experiência do Estado desenvolvimentista. Internamente, a crise do endividamento externo da década de 1980 e a recessão econômica foram consideradas consequência do paradigma vigente pelos partidários da mudança (CERVO, 2008, p. 51).

Essa inflexão sobre as mudanças é trazida ao debate à medida que se observa o perfil dos comportamentos políticos e econômicos dos principais Estados latino-americanos nas relações internacionais do subcontinente a partir dos anos de 1980, mas mais vigorosamente ao longo de 1990. Anteriormente, dito perfil era pautado, majoritariamente, pela persecução de planos de desenvolvimento fundamentalmente autônomos, desde as iniciativas de projetos de industrialização por substituição de importações nos governos de Getúlio Vargas e Ávila Camacho nos anos de 1940, no México e Brasil, respectivamente. Contudo, Amado Cervo (2008, p. 52) confirma que “a lógica de evolução histórica foi interrompida ao bloquear-se o processo de desenvolvimento anteriormente em marcha”. Tão logo se iniciam os anos de 1990, identifica-se a execução da mudança de perspectiva, com políticas externas direcionadas à aproximação à órbita de influência estadunidense, permitindo notório esvaziamento das estratégias de desenvolvimento autônomo

conduzidas pelas políticas externas formuladas à luz do receituário neoliberal do Consenso de Washington¹.

Ao tomar o México e o Brasil, dois países indiscutivelmente importantes para as relações internacionais na América Latina, como os objetos de análise deste estudo, entende-se que se trata de dois relevantes protagonistas da execução neoliberal, principalmente, enquanto estiveram sob a gestão presidencial de Carlos Salinas de Gortari e de Fernando Collor de Mello.

O processo de mudança do posicionamento estratégico do México em relação aos postulados estadunidenses já vinha sendo anunciado. O governo presidencial de Miguel de la Madrid (1982-1988), antecessor de Salinas, havia dado indícios ao proceder com a abertura do mercado nacional de forma tangente aos moldes do Neoliberalismo, como uma das medidas político-econômicas pretensiosas a mitigar os problemas econômicos da crise da dívida suscitados desde o último choque do petróleo, de 1979 (AGUILAR, p. 292). Ainda assim, este fato não deve ser entendido como fator justificador e determinante para que a abertura indiscriminada do mercado nacional mexicano em direção ao norte e o pleno seguimento dos princípios neoliberais como fonte formuladora da política externa do país fossem encarados por Carlos Salinas como as melhores, senão únicas, alternativas para alterar o quadro de gravidade dos problemas econômicos e para tornar o México um país desenvolvido. Nesse sentido, Josefina Morales apresenta um argumento combativo ao salientar que a postura de despreocupação com as dinâmicas do mercado interno, de dependência aos postulados vindos dos Estados Unidos, consiste exatamente no fator recrudescente da crise da década de 1980 e das condições de subdesenvolvimento:

¹ Para dar liga à propagação do Neoliberalismo como modelo de política econômica a ser perseguido, o Consenso de Washington operou como fator determinante. Alimentando-se da crise fiscal do Estado que enfrentavam muitos países da América Latina, desde os choques do petróleo dos anos 1970, os Estados Unidos, sendo o núcleo difusor do neoliberalismo, empenharam-se rapidamente em cooptá-los, de forma consistente, a sua esfera de influência político-econômica. Sem a necessidade de se preocupar com a rivalidade de uma contraparte com capacidade de influência internacional equivalente a sua — já em uma conjuntura em que a Guerra Fria se encaminhava para seu desfecho —, os Estados Unidos definiram os ditames ratificadores da proposta neoliberal, dos quais passaram a depender a sua cooperação financeira. Isso se deu em ocasião de uma conferência de economistas realizada em Washington, em 1989, ao longo da qual se chegou a um consenso a respeito de quais procedimentos se compreendiam necessários à reestruturação e estímulo da economia dos países latino-americanos, afetados por dura recessão. Tais ditames apresentaram-se em uma série de reformas que, segundo Castro (2010, p. 135), “visavam assegurar a disciplina fiscal e promover ampla liberalização comercial e financeira, além de forte redução do papel do Estado na economia”.

El eje de la reproducción del subdesarrollo en la crisis, en el caso mexicano, es la articulación estructural dependiente de la economía nacional a la dinámica de acumulación de la estadounidense (...) Esto reproduce los graves y crecientes desequilibrios del sector externo — financiero y de mercancías —; el frágil eslabón en el que se inserta que lo hace vulnerable a la dinámica cíclica Estadunidense; el abandono de sectores del mercado interno que no responden a las necesidades de acumulación del capital extranjero; el debilitamiento del sector público que antaño fue un eje dinamizador del proceso de acumulación y responsable de una política social que mitigaba la creciente desigualdad del ingreso; y una vulnerable y frágil inserción en la división internacional del trabajo caracterizada por la superexplotación (MORALES, 2006, p. 66)².

Em relação ao Brasil, a política nacional de desenvolvimento autônomo havia sido concebida no cerne da Política Externa Independente nos anos 1960 e desde então fora o timão para as relações internacionais do Brasil, ainda que com breve período de alinhamento aos Estados Unidos e certo desinteresse para com os países vizinhos da região durante o governo ditatorial de Castello Branco. Contudo, o abandono deste modelo de desenvolvimento foi perpetrado por Fernando Collor e acabou atrapalhando os esforços de integração dados anteriormente. No governo de José Sarney (1985-1990), antecessor ao de Collor, a assinatura de acordos que previam o estabelecimento de um mercado comum entre Brasil e Argentina de Alfonsín, respeitando o tempo necessário para sua consolidação, apontava o interesse de ambos os países em incentivar um processo de integração planejado e devidamente estruturado para aliar os interesses em prol do fortalecimento da autonomia da região contra as incertezas do cenário internacional e ingerência dos Estados Unidos.

É fato que o Neoliberalismo alcançou diversos governos³ adeptos na América Latina, sobretudo a partir de 1990, e as mudanças de posicionamento estratégico do México e do Brasil em relação aos Estados Unidos — difusor maior da nova vertente do liberalismo — tiveram seus reflexos para as relações internacionais do subcontinente. Curiosamente, é interessante notar que ambos os países puderam operar diferentemente no tocante aos processos de integração latino-americanos, no

² O eixo da reprodução do subdesenvolvimento na crise, no caso mexicano, é a articulação estrutural dependente da economia nacional à dinâmica de acumulação da estadounidense (...) Isto reproduz os graves e crescentes desequilíbrios do setor externo — financeiro e de mercadorias —; o frágil elo em que se insere que o faz vulnerável à dinâmica cíclica Estadunidense; o abandono de setores do mercado interno que não respondem às necessidades de acumulação do capital estrangeiro; o enfraquecimento do setor público que outrora foi um eixo dinamizador do processo de acumulação e responsável de uma política social que mitigava a crescente desigualdade de ingresso; e uma vulnerável e frágil inserção na divisão internacional do trabalho caracterizada pela superexploração.

³ Em seção mais adiante, far-se-á referência a esses governos.

marco da criação do NAFTA e do MERCOSUL, mesmo seguindo a mesma opção de posicionamento estratégico frente aos Estados Unidos. Enquanto o México se distanciava dos processos de integração da América Latina e abria mão de sua identidade latino-americana em prol de integração norte-americana, o Brasil se direcionou para seus vizinhos da América do Sul e fez parte da formação do MERCOSUL como bloco sul-americano de integração, ainda que de maneira apressada e com a preocupação maior de promover mais uma ampliação regional da liberalização comercial, do que de fato um mercado comum consolidado.

Assim, para fundamentar esta análise, igualmente, recorrer-se-á a alguns conceitos importantes que versam sobre o tema de modelos de política externa e opções estratégicas de posicionamento dos países localizados na América Latina em relação aos Estados Unidos. Roberto Russel e Juan Tokatlian (2009) desenvolveram um trabalho bastante enriquecedor para a área de estudos concernentes às Relações Internacionais, pelo qual puderam elaborar suas contribuições teóricas sobre conceitos de governo e política externa da América Latina.

Os autores identificam que os países latino-americanos apresentaram, a partir do término da Guerra Fria, determinadas visões acerca do funcionamento do sistema internacional, desenvolveram comportamentos diferentes no relacionamento com os Estados Unidos, assim como, delegaram graus de importância distintos para a região dentre os itens de suas respectivas agendas de política internacional. Tais aspectos são analisados, pelos estudiosos citados, metodologicamente, como os elementos conformadores de paradigmas de vinculação ao centro de poder internacional, é dizer, os Estados Unidos. Sendo assim, são identificados cinco modelos: o *acoplamiento*, o *acomodamiento*, a *oposición limitada*, o *desafío* e o *aislamiento*⁴.

O primeiro modelo elencado, o *acoplamiento*, representa, fundamentalmente, a inclinação pela consonância com os interesses e objetivos concretos dos Estados Unidos, sejam eles definidos de modo a ter alcance global, ou mesmo, de escala regional. Ademais, caracteriza-se pelo empenho em favorecer o surgimento e continuidade de um panorama internacional institucionalizado em convergência com as conveniências da Casa Branca. Além disso, provê túbio amparo à iniciativas

⁴ Especificamente, sobre esse ponto do trabalho, optou-se por não realizar a tradução dos termos que nomeiam os modelos de política externa apresentados aqui, por se entender que, dessa maneira, pode-se conservar a adequação das palavras escolhidas pelos autores em relação à significância daquilo que eles realmente pretendem demonstrar.

regionais que prevejam impulso ao processo de integração, contanto que não representem interferência negativa ao transcurso do projeto de estabelecimento de um perímetro hemisférico de livre comércio. No que tange, especificamente, ao espectro econômico, preconiza tão somente as dinâmicas do mercado, a despeito do controle do Estado, como meio para alcançar o acesso proveitoso da nação ao sistema internacional globalizado. Enquanto esteve sob a administração presidencial de Salinas de Gortari, o México é destacado pelos autores como exemplo emblemático de *acoplamiento*. Aqui, também se sugere, particularmente, como notório exemplo, o Brasil durante o governo de Collor de Mello.

O *acomodamiento*, por sua vez, trata de uma postura que contempla a interseção transitória e calculada em relação aos assuntos de interesse visados pelos Estados Unidos. Apesar de prever o envolvimento no processamento de um sistema internacional que considere as demandas estadunidenses, a tutela que apregoa pelo atendimento de temas basilares de política externa pode direcionar à dissonância com Washington sobre diversos itens estabelecidos como pautas a serem alcançadas no âmbito internacional. Outrossim, não prioriza pelo engajamento consistente em benefício de plataformas coletivas de relacionamento interestatal e quando aborda a integração econômica regional, a atenção é direcionada à questão de como o processo pode privilegiar os interesses particulares da nação. Além disso, o relacionamento com os países vizinhos é considerado convenientemente enquanto puder funcionar como provedor de melhores condições para negociação particular com os Estados Unidos. Este modelo pleiteia a necessidade de que a ordem internacional passe por adequações parciais, sobretudo no que compete a questões comerciais e financeiras, percebe a potência mundial como amiga, e não como um aliado, e apresenta um comportamento que não manifesta muito interesse em direção à região. Novamente, o México é citado como exemplo, dessa vez em relação aos *sexenios*⁵ dos presidentes Zedillo (1994-2000) e Fox (2000-2006), sendo, no entanto, casos próximos ao modelo. Os casos realmente paradigmáticos apontados são os do Chile e Costa Rica.

O terceiro modelo, a *oposición limitada*, advoga uma diplomacia essencialmente variável frente aos Estados Unidos, no sentido de que consegue correlacionar características de naturezas opostas. É dizer, enquanto se dá, em determinados momentos, por meio da anuência e cooperação, em outros, desenvolve-se

⁵ Período de seis anos referente à duração dos mandatos presidenciais no México.

sustentada em dissentimento e reprovação. Os Estados Unidos são encarados como um núcleo de poder “bifacetado”, pois podem representar tanto ameaça, quanto oportunidade. Ainda, este modelo concebe o fenômeno da integração com os países da região como recurso indispensável para convergir as capacidades de negociação individuais em uma única ordem regional, com competência para estabelecer diálogo com os Estados Unidos de forma autônoma. Assim, os autores comentam que a *oposición limitada* dá destaque à integração regional, uma vez que delega relevância de grau tático aos laços com a região. O Estado é atento ao controle do funcionamento da economia e desempenha papel central no gerenciamento de suas responsabilidades políticas. Nessa perspectiva, não reforça os empenhos para configuração de uma área de livre comércio hemisférica. O exemplo emblemático destacado pelos autores é o Brasil, por considerarem-no um país com inclinação a promover a liderança da região e com intensões de se notabilizar para além do hemisfério. Para tanto, identificam que o Brasil conduz seu relacionamento com Washington tendo como base a *oposición limitada*, pois, ao mesmo tempo em que se dispõe a conseguir o reconhecimento de sua liderança no âmbito regional, afastando-se de Washington, também se utiliza de uma aproximação com os Estados Unidos para favorecer e impulsionar sua notoriedade internacional. É fato que o Brasil, tradicionalmente, ao longo de sua história, esteve inclinado a desempenhar uma posição de liderança na América do Sul, porém apresentou alguns interregnos de exceção, dos quais fazem parte alguns exemplos, como o governo ditatorial de Castelo Branco (1964-1967) e, principalmente, o governo de Collor de Mello.

O quarto modelo abordado, nomeado *desaffo*, baseia-se em uma perspectiva mais adjacente à teoria realista. Parte do princípio de que a potência mundial consiste em um agente perigoso, um inimigo, tanto à execução dos objetivos e interesses concretos do país, quanto a sua própria sobrevivência, e que, por isso, deve ser mantida à distância. Portanto, instiga a promoção de um processo de integração regional que inclua os diversos âmbitos relativos ao Estado, desde os assuntos político-econômicos, abrangendo temas culturais, até chegar às questões militares. Dessa forma, criam-se condições para se prevenir contra a contaminação das propostas de integração advindas desde o norte. Além disso, objeta, fortemente, a disposição da ordem internacional, vista como totalmente desigual. Para este

modelo, Cuba e a Venezuela, de Hugo Chávez (a partir de 2002), são apontados como os melhores exemplos.

Por fim, o *aislamiento*, é o que se refere ao modelo mais vazio em relação aos Estados Unidos, assim como, à integração regional. Não pretende constituir um projeto alternativo de integração regional em relação a Washington, tampouco faz coro a proposta de integração comercial hemisférica. Detém-se em manter a normalidade da condição interna do país de forma oportunista por meio de concessões obtidas desde Washington, e não demonstra interesse em que haja alterações no funcionamento do sistema internacional. Como paradigma de tal modelo, os autores destacam o caso do Paraguai, durante a sucessão das administrações do Partido Colorado.

De forma geral, os autores resumem os cinco modelos da seguinte maneira:

Si concebimos estos modelos a partir de la situación de dependencia que caracteriza a América Latina, el primer modelo reconoce la dependencia, el segundo procura negociar la dependencia, el tercero aspira a reducir la dependencia, el cuarto intenta combatir la dependencia y el quinto desea usufructuar la dependencia (RUSSEL & TOKATLIAN, 2009, p. 233)⁶.

Apresentados, portanto, os modelos de política externa identificados na América Latina em direção aos Estados Unidos, obtém-se o arcabouço teórico entendido como necessário para poder conduzir a análise a que se propõe o presente trabalho e entender melhor o porquê de determinado modelo ser adotado ao longo das presidências de Salinas de Gortari e Collor de Mello, no México e no Brasil, respectivamente.

⁶ Se concebermos estes modelos a partir da situação de dependência que caracteriza a América Latina, o primeiro modelo reconhece a dependência, o segundo procura negociar a dependência, o terceiro aspira reduzir a dependência, o quarto tenta combater a dependência e o quinto deseja usufruir a dependência.

3 O CONTEXTO INTERNACIONAL DO FIM DO SÉCULO XX

A história da humanidade possui como energia cinética de sua engrenagem os sucessivos fatos e acontecimentos gerados pela dinâmica de interação entre os homens, estejam eles organizados, simplesmente, como povos ou, formalmente, como Estados Nacionais. No entanto, para que seja possível atingir uma maior amplitude da compreensão de um determinado acontecimento da linha do tempo da história é importante se apropriar dessa ciência adotando e reconhecendo sua natureza de continuidades e rupturas.

Tal aspecto se apresenta como relevante traço esclarecedor da conformação dos caminhos pelos quais segue o curso dos eventos históricos. Em outras palavras, o que se pretende com o destaque dessa característica da história não é somente sua identificação como propriedade, atributo inerente dessa ciência, mas também é salientar sua importância para o tratamento hermenêutico dos fatos históricos considerados ao longo desse trabalho. É dizer, interpretar os fatos avaliando seus antecedentes e os contextos em que sucedem como influentes no direcionamento da história.

A partir de tal perspectiva, acredita-se poder considerar os acontecimentos marcantes no cenário internacional dos últimos decênios do século XX, como a derrocada do sistema financeiro de Bretton Woods, os choques do petróleo dos anos 1970, a crise da dívida da década de 1980 e a conclusão da Guerra Fria, não como os únicos fatores, mas sim, como alguns dos elementos determinantes para entender como o Neoliberalismo passou a ser prioridade no comportamento político-econômico do México e Brasil nos governos de Carlos Salinas de Gortari e Fernando Collor de Mello nos anos iniciais da década de 1990. Sendo assim, evita-se restringir os acontecimentos aqui estudados a uma narrativa meramente jornalística, porém, os pondera como interligados uns aos outros, um como continuidade do outro.

3.1 O fim do Sistema Bretton Woods

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, em conjunto com os demais países aliados vitoriosos do conflito, passaram a reger o sistema internacional de maneira que fosse possível manter a ordem mundial de acordo com seus objetivos estratégicos. Apesar de ter sido criada a Organização das Nações

Unidas (ONU) de comum acordo entre os Estados Unidos, União Soviética (URSS) e Reino Unido, no rescaldo da contenda mundial, com objetivo maior de preservar a paz e permitir a manutenção da segurança entre os países do mundo, a mesma convergência de interesses não pôde ser identificada no plano econômico. Em decorrência da clivagem ideológica existente entre os modelos de sociedade seguidos pelos Estados Unidos e URSS, os princípios defendidos pelas duas nações sobre o funcionamento da economia eram antagônicos e, assim, não havia espaço para consenso.

Parte da supremacia estadunidense como potência ocidental conquistada no pós-Segunda Guerra, sucedeu-se em função de ter sido um protagonista de guerra que não vivenciou os incômodos do conflito em seu próprio território. Os Estados Unidos conseguiram, desse modo, aproveitar-se da oportunidade de acumular expressivo montante de capitais, os quais encontravam no exterior grande possibilidade de investimento. Nesse sentido, acompanhando sua posição de destaque em relação às outras potências mundiais, os Estados Unidos visavam elevar seu arcabouço econômico a um nível global (SOARES, 2009).

Para tanto, o sistema econômico internacional deveria ter seus alicerces sustentados em bases que possibilitassem a prática fluida da economia de mercado e permitissem a liberdade de concorrência entre os países. Com efeito, os Estados Unidos “consideraram que seria necessário estabelecer instituições que removessem os diferentes tipos de obstáculos e dificuldades existentes ao regular o funcionamento do mercado” (SOARES, 2009, s/p). Este é o contexto em que se observa a gênese das instituições “gêmeas”⁷, a saber, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), da Conferência de Bretton Woods, realizada pelos Estados Unidos, com apoio do Reino Unido, em 1944.

Por meio dos acordos de Bretton Woods, a criação do FMI pretendia que tal instituição se incumbisse de prover auxílio financeiro, por meio de empréstimos de

⁷ Ngair Woods faz uso de tal terminologia para indicar que a organização do FMI e do BIRD possui a mesma estrutura. Desde suas formações, ambas as instituições têm os seus cargos de presidência ocupados por personalidades sempre de mesma nacionalidade. Enquanto o presidente do FMI sempre tem sido europeu, o do BIRD, por sua vez, tem sido americano. Ademais, a composição de votos para as deliberações tomadas na cúpula dessas instituições privilegiam os membros que subscrevem maior quantidade de capitais. Informação disponível em: <<http://www.cgdev.org/sites/default/files/9781933286112-Birdsall-rescuing-world-bank.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

curto prazo, a países que enfrentassem déficits temporários em suas balanças de pagamentos. Além disso, outro papel importante que o FMI detinha definia-se no regulamento do equilíbrio monetário internacional, com vistas a evitar que os Estados promovessem o acirramento da competitividade no campo econômico se utilizando do artifício da desvalorização das divisas. Estabelecia-se, portanto, um regime de tipo de câmbio fixo e a conversibilidade do dólar ao ouro.

O BIRD, reconhecido também como Banco Mundial, por sua vez, foi criado para funcionar como uma agência internacional recolhadora e canalizadora de capitais do mercado com a finalidade de conceder empréstimos de médio e longo prazo aos países escassos de investimentos estrangeiros, principalmente, àqueles que amargavam os impactos dos balanços da guerra (SOARES, 2009, s/p). Com os acordos de Bretton Woods, os Estados Unidos puderam, então, robustecer os seus recursos de poder no cenário internacional, bem como, garantir os mecanismos de administração da ordem do sistema, lançando mão à via do multilateralismo.

O que se pretende aqui ao tratar do vínculo mais intenso que as dinâmicas econômicas internacionais passaram a ter com os Estados Unidos no pós-Segunda Guerra é, essencialmente, salientar sua condição de agente determinante para manutenção da estabilidade da economia internacional. Isso não quer dizer que no período anterior a Segunda Guerra os Estados Unidos não tenham desempenhado papel importante para a economia internacional, mas sim, que no período posterior essa relevância se expressou de modo mais consistente por meio de um arcabouço institucionalizado. De fato, quando argumenta a respeito da capacidade de os Estados não somente induzirem, senão atraírem outros Estados e/ou organizações internacionais a compartilharem dos seus mesmos objetivos, habilidade chamada de poder brando, Joseph Nye Jr. confirma que

a Grã Bretanha, no século XIX, e a América, na segunda metade do século XX, aumentaram o seu poder [brando] através da criação de normas económicas internacionais liberais consistentes com as estruturas liberais e democráticas dos capitalismo britânico e americano — comércio livre e padrão ouro, no caso da Grã-Bretanha, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e outras instituições, no caso dos Estados Unidos (NYE JR., 2005, p. 30).

É nesse contexto que se identifica o advento da crise do petróleo de 1973, a qual, muito embora teve problemas essencialmente políticos como seu estopim, pode ser entendida fundamentalmente como fenômeno de crise sistêmica inerente

das dinâmicas do capitalismo mundial. Sobre isso, é necessário recorrer às fontes principais que discorrem a respeito do tema para que possa ser possível compreender tal processo.

Giovanni Arrighi (2006), em *O Longo Século XX*, apresenta seus estudos sobre a história do capitalismo mundial no sentido de propor uma abordagem que identifica quatro longos ciclos durante os quais ocorre a acumulação do capital em proporção mundial. Partindo do ciclo genovês, vigente ao longo dos séculos XV-XVII, o capitalismo passou pelos ciclos holandês (XVI-XVIII) e britânico (XVIII-XX), até iniciar o ciclo norte-americano, no século XX. Tal divisão metodológica elaborada pelo autor, expressa em exemplos históricos de unidades hegemônicas, é chamada por ele de ciclo sistêmico de acumulação.

Para explicá-lo, o autor se inspira em Marx, mais especificamente em sua fórmula geral do capital (DMD'). Constituindo a fórmula, D consiste na representação do capital dinheiro, cuja liquidez pode ser aproveitada em liberdade de escolha; M significa capital-mercadoria, é dizer, a mercadoria produzida como resultado do investimento efetuado em determinado arranjo de insumo-produto com vistas à obtenção do lucro. Dessa forma, como representa a concepção de uma mercadoria, a essência do termo é concreta, material e as disponibilidades de opções a produzir são reduzidas. Por sua vez, D' representa a expansão da liquidez do capital dinheiro e dos elementos a ele atrelados, a saber, a flexibilidade e a liberdade de escolha (ARRIGHI, 2006).

Explicada a fórmula, o autor segue para uma inflexão particular, que aqui se compartilha, a respeito da elaboração conceitual de Marx, argumentando que a fórmula não somente deve ser encarada como uma representação das dinâmicas de investimentos capitalistas pela via individual, mas que constitui um padrão, uma fonte esclarecedora dos mecanismos do capitalismo histórico como sistema mundial:

O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas ou fases constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD) (ARRIGHI, 2006, p. 6).

No momento em que o desenvolvimento do capitalismo em cada ciclo alcança o processo de “financeirização” — a expansão financeira — ele atinge a sua condição de maturidade. Além disso, a economia adentra em um espectro regido pelo fenômeno da especulação, que, embora possa permitir uma ampliação das riquezas daqueles que investem, aumenta o risco para a sucessão de uma crise. Nesse sentido, Arrighi (2006) salienta que cada início de expansão financeira do regime de acumulação dominante é o início do que chama de crise sinalizadora.

A expansão financeira dos Estados Unidos registrada no pós-Segunda Guerra como unidade internacionalmente preponderante do quarto ciclo de acumulação capitalista identificado por Arrighi, deu-se à medida que desempenhavam o papel de credor mundial, realizando empréstimos, prioritariamente, aos países europeus ocidentais e Japão, e garantindo juros no mercado financeiro gerado com a reconstrução desses países. No entanto, na década de 1970, ocorreram as crises do petróleo que, por sua vez, confirmaram a teoria das crises sinalizadoras de Arrighi. Mas como tal processo de expansão financeira pode significar o início de uma crise?

O Sistema Bretton Woods funcionou bem imediatamente após a Segunda Guerra em decorrência, sobretudo, do excedente de capital americano investido na reconstrução dos países da Europa e Japão. No entanto, a dependência de ditos países com os Estados Unidos foi, gradativamente, amenizada, conforme efetivavam sua reconstrução e promoviam a reorganização de seus parques industriais. Dessa maneira, na medida em que retomavam sua autonomia econômica, quitavam os empréstimos norte-americanos e, assim, passavam a necessitar de menos suporte financeiro. Por fim, países como a Alemanha e Japão, os quais eram destinos da ajuda financeira promovida pelos Estados Unidos, acabaram se tornando seus competidores.

Há de se considerar que, a partir dos anos de 1960, os Estados Unidos experimentaram um processo inflacionário conduzido pela emissão de moeda realizada tanto com o fim de responder as demandas da sociedade, como para atender aos gastos públicos resultantes do engajamento militar nas operações anticomunistas no Vietnã. Somando-se à constante saída de dólar em direção ao exterior, os Estados Unidos geravam uma dívida correspondente em relação aos demais países do mundo, conforme se ampliava o comércio internacional. O reconhecimento da dívida estadunidense era consequência direta da posse de

dólares por não-residentes norte-americanos, uma vez que os Estados Unidos deveriam dar por cada dólar detido pelo estrangeiro algo em troca (IZERROUGENE, 2009).

Conseqüentemente, iniciou-se um quadro geral de indisposições dos países participantes contra o Sistema Bretton Woods, visto que passava a ser perceptível a disparidade entre a grande quantidade de moeda dólar circulante no mercado internacional e a quantidade de ouro nas reservas norte-americanas. A situação levou países, como França e Suíça, a resgatarem grandes quantidades de ouro como maneira de garantir a conversão dos dólares que possuíam no metal precioso antes que a moeda internacional tivesse seu valor depreciado.

Sobre isso, Samuel Kilsztajn (1989) reitera que o Acordo de Bretton Woods sentiu suas estruturas estremecerem precisamente no momento em que os dirigentes monetários das nações industrializadas reivindicaram o ouro correspondente ao montante de moeda norte-americana que detinham para conversão ao preço oficial de US\$ 35 a onça⁸. A iniciativa desses países, por sua vez, é consequência direta de um fator importante a ser considerado: o Dilema de Triffin. Segundo Epstein,

O economista de Yale, Robert Triffin, identificou a debilidade fundamental do sistema monetário baseado no dólar — na verdade, de qualquer sistema monetário internacional baseado numa moeda nacional: os Estados Unidos tinham que incorrer em déficits no balanço de pagamentos para prover a liquidez internacional. Mas, quanto maior e mais prolongado o déficit americano, menor confiança os outros teriam de que Washington continuaria a converter dólares em ouro a uma taxa fixa. Como resultado, teríamos eventualmente pânicos no sistema monetário (EPSTEIN, 1985, p. 628).

Nesse sentido, as medidas tomadas pelo presidente norte-americano Richard Nixon acabaram por fazer do Sistema de Bretton Woods uma vítima do dilema de Triffin. Em 1971, o Congresso dos Estados Unidos apresentaram a proposta de desvalorização do dólar como mecanismo de contenção da fuga de ouro de suas reservas. A medida unilateral estadunidense, por conseguinte, conduziu à saída da Suíça e Alemanha Ocidental dos ditames estabelecidos em Bretton Woods. No mesmo ano, após a realização de reuniões entre o presidente Nixon e

⁸ Onça é a unidade de medida comumente utilizada para determinar o peso de certa quantidade de ouro. Uma onça equivale a 31,1035 gramas de ouro.

representantes do *Federal Reserve*, decretou-se a inconvertibilidade do dólar com o ouro.

Dessa forma, configurava-se tanto uma condição em que as demais moedas se atrelavam apenas ao dólar, quanto de dependência a que os Estados Unidos emitissem o dólar disciplinadamente. Na esteira desses acontecimentos, os países, de modo geral, começaram a promover contínuas emissões de suas moedas com o intuito de obterem mais dólares, o que resultou em um processo de desvalorização geral das moedas. Conforme Vizentini (2007), assim constituiu-se o ponto de partida da crise econômica mundial do capitalismo, e não os fatos ocorridos posteriormente.

3.2 As crises do petróleo da década de 1970.

Uma vez que o barril de petróleo tinha seu preço estabelecido em dólares, então, a desvalorização da moeda norte-americana fazia com que o valor recebido pelos países que exportavam o recurso fosse relativamente menor. Sendo assim, o advento da Guerra do Yom Kippur, em 1973, entre árabes e israelenses, operou como um estopim da crise do dólar e da derrocada do Sistema de Bretton Woods, porquanto os países integrantes da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) deliberaram e anunciaram que o preço do barril do petróleo passava a estar atrelado ao ouro e não mais ao dólar⁹. Além disso, “aumentaram o preço do petróleo em quatro vezes, além de decretarem um embargo temporário contra os países que haviam apoiado Israel” (VIZENTINI, 2007, p. 138).

Com a crise de 1973 e a queda de fornecimento do petróleo, estímulos e ímpetos deveriam ser direcionados para o setor petrolífero doméstico. Identificava-se, no interior de cada país, a imprescindibilidade de se trabalhar as capacidades de produção e fornecimento do recurso, objetivando abrandar a dependência frente ao poder de barganha dos países integrantes da OPEP em determinar o preço do recurso. Também, visava a proteção contra os problemas, sobretudo econômicos, que poderiam advir de uma região tão politicamente instável, como o Oriente Médio.

⁹ Os países da OPEP se utilizaram do petróleo como um instrumento de ofensiva estratégica para a tutela de seus interesses no mercado internacional, mas não sob a concepção estritamente militar da palavra, senão como embargo econômico aplicado contra os aliados diretos do Estado de Israel. Essa decisão acabou por acarretar um quadro caótico em meio às Bolsas de Valores de Nova York e Roterdã.

Mais tarde, o acontecimento da Revolução Iraniana, em 1979, trouxe consigo outro panorama de aumento dos preços do hidrocarboneto. Com uma atitude reativa, os demais países do mundo, então, despenderam esforços para evitar os mesmos inconvenientes da crise anterior, deflagrada em 1973, expandindo a exploração e produção do petróleo internamente.

Desde 1940, o Irã, importante país do Oriente Médio para o mercado petrolífero, era governado pelo líder Xá Reza Pahlevi, cujo relacionamento de alinhamento com os Estados Unidos permitia a esse país garantir seu poder de ingerência na região e, igualmente, nas políticas de produção de petróleo. No entanto, insatisfeita com a intensidade das diferenças sociais, da falta de boas condições de trabalho, da repressão política estatal, além do discurso de tom fortemente ocidental do líder, importante parcela da população iraniana conduzida pelos líderes religiosos, tendo a frente o Aiatolá Khomeini, iniciou um movimento revolucionário. A mobilização efetuou a deposição do Xá, em 1979, instaurando um regime de governo confessional islâmico. Em consequência, o preço do petróleo tornou a se elevar quando a administração do Aiatolá decretou diminuição da produção de petróleo, além da suspensão de sua exportação.

No entanto, o íterim de 1973 até 1980 havia permitido aos países ao redor do mundo se resguardar frente à possibilidade de nova crise, mesmo havendo outro momento de instabilidade com ao conflito Irã-Iraque, em 1980. Voltaram-se tanto para a procura de petróleo no próprio território, quanto para a busca de outros recursos naturais que pudessem ser aproveitados como fontes alternativas de geração de energia, além de se engajarem na otimização do consumo do petróleo e de outros recursos¹⁰. Nesse sentido, Daniel Yergin argumenta que

The major buildup of production in Mexico, Alaska, and the North Sea coincided with the turmoil of the Second Oil Shock. Egypt was also becoming a significant exporter. So were Malaysia, Angola, and China.

¹⁰ Em 1977, no Brasil foi iniciada a prospecção de petróleo na Bacia de Campos. Além disso, o potencial de produção brasileira da commodity se expandiu com a importante descoberta do campo marítimo de Albacora, em 1984, e do campo de Marlim, no ano seguinte. Petrobras. Memória Petrobras. Disponível em: <<http://www.memória.petrobras.com.br>>. Acesso em: 10 de maio de 2014. Nesse período, o Brasil apostou no desenvolvimento de projetos no âmbito de substituição do petróleo e alcançou notável êxito com a consecução do PROALCOOL. Igualmente, logrou o aproveitamento mais expressivo da eletricidade gerada por meio da água, sobretudo, a partir da edificação da Usina de Itaipú (PIMENTEL, 2011, p. 49). No México, somou-se às reservas nacionais de petróleo a abundância do campo marítimo de Cantarell, localizado na Sonda de Campeche, confirmado, em 1978, como um dos maiores campos do mundo. Pemex. Historia de Petróleos Mexicanos. Disponível em: <http://www.pemex.com/acerca/quienes_somos/historia/Paginas/historia-pemex.aspx#.U4PP5ye9KK0>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

Many other countries became producers and exporters, minor league in themselves, but significant in the aggregate. Major innovations were also improving exploration, production, and transportation technologies (YERGIN, 1991, p. 717)¹¹.

Em um cenário no qual a demanda pela commodity diminuía gradativamente, devido à configuração da nova realidade já explicitada, e sua oferta registrava-se abundante, os países integrantes da OPEP não tiveram opção, senão determinar preços cada vez menores para o barril do produto. Por essa razão, os Estados que possuíam suas pautas de exportação atreladas, majoritariamente, ao comércio do hidrocarboneto começaram a experimentar a expansão dos déficits na balança de pagamentos e a sentir o presságio de outra crise econômica. Como aponta Pimentel (2011), tratava-se do começo de um período classificado por alguns estudiosos como o “contrachoque” do petróleo, durante o qual permaneceriam reduzidos os preços por aproximadamente vinte anos.

A partir de então, aflorava-se a condição de desordem econômica dos países produtores, preponderantemente, de petróleo, dentre os quais se destacavam na América Latina o México e a Venezuela. A aquisição indiscriminada de empréstimos concedidos a tais países ao longo dos anos 1960 e 1970, principalmente, pelas instituições financeiras internacionais, com vistas a fortalecerem seus parques industriais, desenvolverem, mais consistentemente, sua infraestrutura, e expandirem sua produção de petróleo como forma de se protegerem dos choques do petróleo acabou por conduzi-los a um desfecho inverso: o da insolvência.

Portanto, conclui-se, a respeito do exposto na primeira seção, que os choques do petróleo dos anos 1970 devem ser entendidos como episódios de um contexto mais amplo caracterizado pelo ciclo de crises inerente ao sistema capitalista de acumulação, e que tiveram suas causas iniciais relacionadas, não somente às mudanças no preço daquela commodity, mas a acontecimentos anteriores, como a decadência do Sistema Bretton Woods e da desvalorização do dólar, a partir da expansão financeira da economia estadunidense. Destarte, a crise da dívida que se seguiu na América Latina, a partir dos anos 1980, em meio a um cenário de sucessivas crises na economia internacional, consiste em elemento importante para

¹¹ O maior incremento da produção no México, Alaska e Mar do Norte coincidiu com a desordem do Segundo choque do petróleo. O Egito também estava se tornando um exportador significativo, assim como, a Malásia, a Angola e a China. Muitos outros países se tornaram produtores e exportadores, sem muito peso, se analisados separadamente, mas com importância conjuntamente. Maiores inovações também estavam aperfeiçoando tecnologias de exploração, produção e transporte.

que seja possível assimilar como se deu difusão de práticas neoliberais no subcontinente, sobretudo no México e Brasil, ao longo dos anos posteriores.

4 A DÉCADA PERDIDA LATINO-AMERICANA E A DIFUSÃO DO NEOLIBERALISMO

4.1 A crise da dívida dos anos 1980

Com os saldos injetados ao sistema financeiro internacional pelos países petroleiros, em decorrência da subida do preço do petróleo, a grande liquidez internacional que passou a se verificar, ao longo dos anos 1970, abriu espaço para que se desenvolvesse um processo de redução das taxas de juros dos bancos e fundos de reserva internacionais. Sendo assim, apresentava-se como opção atraente, principalmente para os países em desenvolvimento da América Latina, a aquisição de empréstimos no mercado internacional (AGUILAR, 2004).

De fato, os governos militares que se seguiram, nessa época, na administração do Brasil, por exemplo, apostaram no estímulo ao projeto nacional-desenvolvimentista do país, pautado pela via de substituição de importações, e alcançaram rápido desenvolvimento da infraestrutura e expansão da capacidade produtiva da economia, marcando um período conhecidamente chamado de “milagre brasileiro”. Como estratégia de conferir ao regime ditatorial aspectos motivadores de aprovação populacional, o rápido crescimento da economia brasileira registrado nesse momento, contudo, não ocorreu porque o país detinha poupança suficiente para tanto. Pelo contrário, foi sustentado por empréstimos tomados junto ao BIRD, em meio à facilidade de obtenção de crédito.

Vale ressaltar, no entanto, que a América Latina conservou a confiança de que se encontrava em um sistema financeiro internacional que permanecia seguro e do qual podia esperar previsibilidade, não obstante a depreciação do valor do dólar como moeda internacional e o choque dos novos preços do petróleo (BATISTA, 2009).

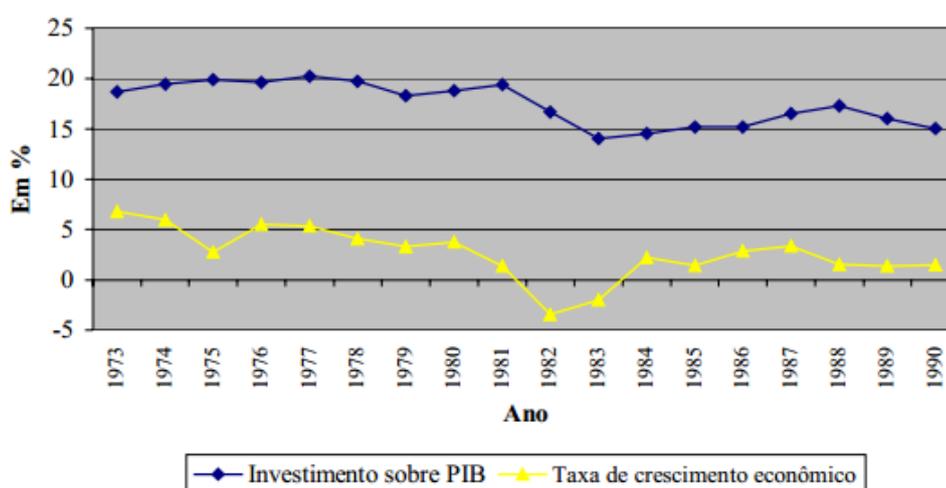
Progressivamente, com a redução do preço do barril do hidrocarboneto, no início dos anos 1980, haja vista a abundância de oferta e queda na demanda, os países da América Latina, a começar pelo México, começaram a enfrentar um quadro de dificuldades para poder honrar o pagamento de suas dívidas externas. A mesma liquidez que se identificava no mercado internacional na década de 1970, já não registrava mais altos índices e as taxas de juros, por conseguinte, sofreram

elevação. Por sua vez, a insolvência se recrudescia muito em função do fato de os empréstimos serem realizados sob um sistema de taxa de juros de caráter flutuante.

Configurava-se, portanto, um cenário de crise na região que se alastraria mais rapidamente quando o México decretasse moratória dos pagamentos relativos à sua dívida externa, no dia 12 de agosto de 1982¹². As reservas do Banco Central Mexicano se findaram diante da gigantesca dívida externa, que já contabilizava mais de 84 bilhões de dólares, contraída no curso do afloramento do país como pivô no mercado internacional de petróleo, e sua economia já não podia mais arcar com os altos juros impostos (YERGIN, 1991).

Por essa razão, logo as economias vizinhas começaram a sentir os mesmos sintomas e a experimentar a redução da taxa de crescimento e de seus índices do Produto Interno Bruto (PIB), conforme indica o gráfico 1, uma vez que já não podiam contar com a obtenção de novos empréstimos internacionais, sobretudo, os advindos de fundos privados. Porque o México havia chegado a uma condição de inadimplência, então o que se verificou foi a difusão de um colapso generalizado da confiança dos investidores também em relação aos outros países da região, por considerarem o risco temerário diante de economias com estruturas institucionais similares.

Gráfico 1 — Índices de crescimento econômico e investimento na América Latina no interregno 1973-1990.



Fonte: World Bank (1997).

¹² O Brasil igualmente decretou moratória no ano de 1987.

A partir disso, seguiram-se os anos 1980 na América Latina, a década perdida, como se convencionou chamar, sendo marcados por um quadro de problemas econômico-sociais, dentre os quais se pode mencionar a diminuição da renda, estagnação econômica, aumento do desemprego e inflação, além da canalização de recursos de programas de desenvolvimento para o financiamento da dívida por meio de pacotes de auxílio do FMI.

Explicado o curso dos eventos históricos que conduziu, de maneira geral, à crise da dívida externa latino-americana, vale ressaltar, a partir daqui, os pontos externos e internos sob um viés mais teórico.

Ao analisar o comportamento dos Estados Unidos frente à recessão que a economia mundial enfrentava no momento, Batista (2009) constata o status de superpotência de dito país, sobre cuja responsabilidade recaia a estabilidade da ordem econômica mundial, mas não deixa de apontar sua tendência em deliberar de modo unilateral a respeito de procedimentos de primeira grandeza, sem se atentar para seus impactos em nível internacional. Com efeito,

Ao derrubar, sem maior cerimônia, uma das colunas básicas do sistema monetário construído em Bretton Woods, os Estados Unidos afirmavam, sem reboços, a prevalência dos interesses nacionais sobre as responsabilidades mundiais do país. Tendência que se evidenciaria, de modo dramático para a América Latina, com a decisão do “Federal Reserve System” de elevar espetacularmente as taxas de juros sobre o dólar para combater a inflação nos Estados Unidos. Coincidindo com uma política fiscal frouxa do governo norte-americano, a decisão do FED teve efeito especialmente perverso sobre as taxas internacionais de juros e pegaria desprevenida a América Latina, imprudentemente endividada a taxas de juros flutuantes (BATISTA, 2009, p. 127).

Em complementariedade, Pereira (1993) também ressalta a ação do fator externo como uma das causas da crise da dívida, traduzido pela execução da decisão tomada por parte dos Estados credores em sustentar, via financiamento, a estratégia de crescimento dos países latino-americanos. Por outro lado, aponta que a persecução pela América Latina do crescimento econômico a partir do modelo de substituição das importações, tendo como mote a intervenção estatal, já havia se esgotado. Por isso, o financiamento externo permitiu apenas a manutenção artificial de tal estratégia, até que a crise estourasse.

No tocante ao papel do Estado, são consideradas duas abordagens: a neoliberal e a da crise do Estado. Ainda que ambos os enfoques convirjam ao

censurar a prevalência, por considerável tempo, do populismo e do nacional-desenvolvimentismo na América Latina, sendo críticas ao avanço do Estado no subcontinente, apresentam entendimentos divergentes a respeito da relação do Estado com a ocorrência da crise. Para a primeira abordagem, a neoliberal, a insolvência encontrou como causa central a demasia do controle do Estado, emanada por seu crescimento. Por outro lado, a abordagem da crise do Estado apregoa a depressão da habilidade de ingerência do Estado em decadência, em vista da exaustão de seu principal mecanismo de intervenção, qual seja o modelo de substituição de importações. Conquanto ambas recomendem adoção de reformas norteadas pelo mercado, a abordagem neoliberal se pauta pelo objetivo de suprimir a função coordenadora do Estado, enquanto a abordagem da crise do Estado defende como objetivo a retomada de tal papel (PEREIRA, 1993).

Contudo, diferentemente do que argumentava a abordagem da crise do Estado, o que se registrou ao fim da década de 1980 e ao longo da de 1990 foi a expressa simpatia dos governos latino-americanos, de modo geral, com os princípios propostos pelo enfoque neoliberal, fonte conceitual da redução do papel do Estado na condução de assuntos, sobretudo, econômicos. A alvorada do Neoliberalismo nesse momento parecia trazer consigo a suposta eficácia de que careciam os procedimentos de cunho keynesiano adotados pelos países da América Latina desde a década de 1970 para impedir a permanência e avanço dos incômodos das crises do petróleo e da insolvência.

4.2 O Neoliberalismo e o Consenso de Washington

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o campo das teorias que versavam sobre o funcionamento dos mecanismos econômicos no interior dos Estados vivenciou a conformação de uma nova teoria, conhecida como Neoliberalismo. O seu surgimento ocorreu, especificamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, regiões em que o capitalismo vigorava, não somente como modo de produção e ideologia, mas igualmente como alicerce do modelo de sociedade seguido. Embora o regime de tais países fosse o capitalista, ele era regido e administrado por um Estado forte e atuante. Suas interferências nos processos econômicos visavam à oferta dos bens e serviços básicos de que necessitavam suas populações, ainda

mais em meio a um quadro de problemas sócio-econômicos advindos desde a crise de 1929 e agravados no rescaldo do segundo conflito mundial. Contra este perfil de Estado, conhecido como *Welfare State* — terminologia em inglês para Estado de bem-estar social —, o neoliberalismo constituía uma crítica tanto de valor teórico, quanto de teor político.

Como aponta Anderson (2003), a produção intelectual que deu gênese ao Neoliberalismo é o livro escrito por Friedrich Hayek, em 1944, intitulado *Caminho da Servidão*¹³. Por meio dessa obra, Hayek apresenta uma argumentação contundentemente combativa em relação a quaisquer medidas de controle utilizadas pelo Estado para operar as engrenagens de funcionamento do mercado, porquanto representam, segundo ele, risco direto à liberdade individual no campo econômico e político.

Com efeito, no capítulo intitulado “Controle Econômico e Totalitarismo”, Hayek (2010) argui sobre a capacidade de controle e privação que a planificação da economia teria, não somente no que diz respeito aos aspectos da vida econômica, mas também em relação aos meios para a realização de todos os outros fins individuais. Uma vez que o Estado seja o único detentor dos meios, “também determinará a que fins nos dedicaremos, a que valores atribuiremos maior ou menor importância – em suma, determinará aquilo em que os homens deverão crer e por cuja obtenção deverão esforçar-se” (HAYEK, 2010, p. 104). Dessa maneira, a partir da administração da economia, o Estado teria sua capacidade de controle ampliada sobre tudo o que envolvesse a liberdade de escolha dos indivíduos.

Pouco tempo depois da publicação de seu livro, Hayek conseguiu somar aos esforços de combate intelectual ao Estado de perfil intervencionista outros estudiosos adeptos a sua orientação¹⁴, dentre os quais não se encontravam apenas críticos do Estado de bem-estar social europeu, mas também dos princípios do New Deal estadunidense, como Milton Friedman. Em 1947, juntos fundaram a Sociedade de Mont Pèlerin, a qual lhes servia como uma plataforma organizada de debates destinada a canalizar esforços intelectuais no sentido de criar oposição formal à prática do Keynesianismo e incentivar, por outro lado, a liberalização e desregulamentação do mercado.

¹³ Em 1974, esta obra foi a vencedora do Prêmio Nobel de Economia.

¹⁴ O conjunto de economistas era composto também por Salvador de Madariaga, Walter Lippman, Michael Polanyi, Ludwig Von Mises, Walter Eucken, Lionel Robbins e Karl Popper (ANDERSON, 2003).

No entanto, Anderson (2003) destaca que o trabalho de tais economistas não conseguia receber muito crédito, e as condições para sua consolidação não lhe eram das mais favoráveis. Em grande parte, isso se devia ao fato de que a economia internacional entrava em um momento de expansão, no qual o desenvolvimento do capitalismo acelerava-se em direção a sua idade de ouro, vivenciada ao longo das décadas de 1950 e 1960. Por consequência, os riscos da regulação do mercado exercida pelo Estado, sobre os quais alertavam as recomendações de cunho neoliberal difundidas pelos economistas de Mont Pélerin, não encontravam espaço para aceitação e não pareciam se enquadrar nas circunstâncias.

Contudo, as ideias neoliberais começaram a receber maior atenção a partir do momento em que o avanço experimentado pelo sistema capitalista internacional vivenciou um revés em sua condição, nos anos 1970, com os choques do petróleo. Passaram a imperar, então, índices de crescimento cada vez mais reduzidos, conjugados a elevadas taxas de inflação. Para os pensadores neoliberais, essa configuração de recessão foi determinada essencialmente pela ampliação contínua das despesas públicas direcionadas ao atendimento das pressões reivindicativas dos sindicatos no tocante ao reajuste de salários e garantia de previdência (ANDERSON, 2003).

Portanto, postulavam como solução a aquisição por parte do Estado de um perfil minimalista. Por meio da adoção de tal perfil, o Estado deveria empenhar-se em promover a desoneração dos gastos públicos com os serviços sociais, anular o poder de ação das forças sindicais — o que acreditavam ser a fonte do parasitismo dos trabalhadores em relação ao Estado e a causa limitadora para a acumulação de renda privada —, assim como, induzir a consecução do processo de privatizações das forças empresariais estatais. É válido ressaltar também que a questão da desigualdade era vista pelas doutrinas neoliberais como algo necessário:

Eran imprescindibles reformas fiscales para incentivar a los agentes económicos. En otras palabras, esto significaba reducciones de impuestos sobre las ganancias más altas y sobre las rentas. De esta forma, una nueva y saludable desigualdad volvería a dinamizar las economías avanzadas, entonces afectadas por la estagflación anticíclica y la redistribución social, las cuales habían deformado tan desastrosamente el curso normal de la acumulación y el libre comercio (ANDERSON, 2003, p.12)¹⁵.

¹⁵ Eram imprescindíveis reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isto significava reduções de impostos sobre os ganhos mais altos e sobre as rendas. Dessa forma,

Embora tenha sido empregado de forma consistente primeiramente na Inglaterra, enquanto esteve sob a administração da primeira ministra Margaret Thatcher (1979-1990), e nos Estados Unidos, durante o governo do presidente Ronald Reagan (1981-1989), o Neoliberalismo foi adotado amplamente por governos latino-americanos na década de 1990.

Nesse sentido, o fim da Guerra Fria desempenha papel imprescindível, visto que abriu espaço à configuração de uma nova ordem mundial em que o poder de influência dos Estados Unidos se manifestava de modo mais vigoroso. De acordo com Pecequilo (2011), enquanto esteve vigente a condição internacional de bipolaridade ideológica estabelecida pelas diferenças de modelos de sociedade e de produção emanados pelos Estados Unidos e pela URSS, aquele país empenhava sua política externa no esforço de dois elementos principais: a construção da ordem e a contenção.

A construção da ordem pautava-se, basicamente, pelo engajamento estadunidense em definir e permitir a manutenção de uma ordem internacional que pudesse oferecer condições e mecanismos que, de alguma forma, representassem seus interesses e objetivos concretos, por meio de um arranjo coletivo e cooperativo. É nesse quadro que as organizações internacionais, como ONU, FMI, BIRD, são constituídas. No plano da contenção, os Estados Unidos buscavam restringir, a todo custo, o avanço do comunismo, promovendo intervenções e interferências¹⁶ nos países em que houvesse a possibilidade de influência comunista. A infeliz empreitada militar norte-americana no Vietnã, nos anos 1970, o suporte concedido aos exércitos dos países latino-americanos para a deflagração de golpes militares contra governos entendidos como de tendências socialistas, podem ser apontados como exemplos de um conjunto de eventos enquadrados na perspectiva de contenção (PECEQUILO, 2011).

uma nova e saudável desigualdade voltaria a dinamizar as economias avançadas, então afetadas pela estagflação anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam deformado tão desastrosamente o curso normal da acumulação e o livre comércio.

¹⁶ Sobre os termos intervenção e interferência, Pecequilo (PECEQUILO, 2011) salienta uma diferenciação de significado importante como parte da caracterização das atuações dos Estados Unidos no cenário de Guerra Fria. Sendo assim, intervenção denota a participação direta estadunidense, com a execução de operações militares e iniciativas de caráter político de modo declarado. No tocante à palavra interferência, a intensão é transmitir o significado de atuação indireta do país em determinados acontecimentos, pela via de outros artifícios, como auxílio político, chantagens e pressões, conseqüentemente, influenciando sua trajetória e desfecho.

No entanto, findada a Guerra Fria, extinguiu-se automaticamente o tema da contenção presente na agenda externa norte-americana, e os Estados Unidos precisavam, então, encontrar novos meios de administrar a nova ordem internacional em que se confirmava sua hegemonia.

No plano regional, a investida inicial em direção aos países da América Latina traduziu-se na forma de um conjunto de orientações de disciplina orçamentária e fiscal com intenção de conter os problemas econômicos dos países latino-americanos e amenizar a situação da crise da dívida vivenciada por eles desde os anos 1980. Conhecidas mais tarde como Consenso de Washington, essas prescrições foram definidas, em novembro de 1989 — já ao final do governo Reagan —, em ocasião de um encontro realizado na capital dos Estados Unidos e do qual participaram agentes do governo norte-americano e dos fundos internacionais que possuíam sua sede situada na mesma cidade, com vistas a propor uma reavaliação das reformas econômicas nos países da América do Sul.

Nesta reunião, convergiram as ideias em torno de dez pontos elencados pelo economista do *Institute for International Economics*, John Williamson (2008), conforme apresenta tabela abaixo:

Tabela 1 — As orientações do Consenso de Washington definidas em dez pontos.

Os dez pontos do Consenso de Washington	
I.	Disciplina fiscal
II.	Reorientação dos gastos públicos
III.	Reforma tributária
IV.	Liberalização financeira
V.	Taxas de câmbio unificadas
VI.	Taxas de câmbio competitivas
VII.	Liberalização do comércio
VIII.	Abertura para o financiamento interno direto
IX.	Privatização
X.	Desregulamentação

Fonte: Williamson (2008). Elaboração própria.

Como se pode notar, o receituário do Consenso de Washington apresentava sua natureza atrelada essencialmente aos postulados da corrente neoliberal, e, como salienta Batista (2009), “ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral”. O Consenso de Washington passou a ser a ferramenta principal por meio da qual as instituições financeiras internacionais, que fizeram parte da elaboração do consenso, fundamentaram seu regime de condicionalidades exigido para a concessão de auxílio financeiro aos países necessitados. Além disso, vale reiterar que

el Consenso no consistía meramente en un decálogo de política económica impuesto desde Washington, con la colaboración del FMI y el Banco Mundial, ni refleja únicamente una convergencia de ideas como pretendía convencernos Williamson, sino que expresa, ante todo, un compromiso político, un entramado de intereses, entre el capital financiero globalizado del centro estadounidense y las élites internas de América Latina (GUILLÉN, 2012, p. 60-61)¹⁷.

A partir de então, abre-se espaço para que seja possível inferir que o Consenso de Washington acabou por operar como artifício endossante da onda neoliberal identificada ao fim dos anos 1980 e início da década de 1990 em direção aos países da América Latina. O receituário do consenso passava a ser entendido pelos dirigentes dos governos latino-americanos como o elemento principal sobre o qual deveriam apoiar o funcionamento de suas economias, para que, então, fosse possível enfrentar com substancialidade os problemas da inflação, baixos índices de crescimento e fuga de capitais herdados pela crise da dívida.

Na esteira desses acontecimentos, têm início governos latino-americanos que se voltam para o afã de caminhar em direção a condição de países desenvolvidos e controlar os problemas econômicos, mas seguindo indiscriminadamente o modelo neoliberal e negligenciando seus projetos de desenvolvimento de perfil autônomo. O governo de Carlos Salinas de Gortari, no México, e Fernando Collor de Mello, no Brasil, são os paradigmas desse panorama que serão discutidos a seguir.

¹⁷ O Consenso não consistia meramente em um decálogo de política econômica imposto desde Washington, com a colaboração do FMI e do Banco Mundial, nem reflete unicamente uma convergência de ideias como pretendia nos convencer Williamson, mas sim, expressa, antes de tudo, um compromisso político, uma correlação de interesses, entre o capital financeiro globalizado do centro estadunidense e as elites internas da América Latina.

5 O MÉXICO E O BRASIL NA PASSAGEM DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

5.1 O governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e sua estratégia de inserção internacional

Após a contraditória contagem de votos nas eleições de 6 de julho de 1988, durante a qual ocorreu a “caída del sistema”¹⁸ que operava o cálculo do sufrágio presidencial no país, o novo mandatário mexicano eleito, Carlos Salinas de Gortari, tomava posse do cargo em meio a um ambiente de completa desconfiança.

Gortari concorreu às eleições presidenciais como candidato lançado pelo partido político que se mantinha na situação havia quase sessenta anos, o Partido Revolucionário Institucional (PRI). Os principais partidos de oposição, por sua vez, definiram as candidaturas para o pleito nas figuras de Cuauhtémoc Cárdenas, representante da esquerda pela Frente Democrática Nacional (FDN), e Manuel Clouthier, indicado pelo Partido da Ação Nacional (PAN).

Para concorrer com mais consistência diante de seus adversários, e garantir a permanência no poder do partido que representava, à campanha eleitoral de Gortari foram direcionadas expressivas despesas no campo da publicidade. Assim, notável parcela dos meios de comunicação empenhou-se em difundir a figura do candidato sob uma perspectiva comercial que o enaltecia como um produto sedutor. Para tanto, foram imprescindíveis o suporte advindo de todos os recursos oferecidos pelo governo, tanto em esfera federal, como estadual, e, igualmente, de elementos do ramo privado. Em clara demonstração de imparcialidade, as menções dos meios de comunicação relativas aos demais candidatos somente eram realizadas com maior expressividade quando o objetivo prioritário consistia em direcionar-lhes insultos.

Quando, alguns meses antes do dia em que se realizaria o pleito presidencial, os indícios da ocorrência de episódios fraudulentos começaram a se avolumar contra o partido da situação, as denúncias da oposição não hesitaram a se levantar, mesmo tendo a presidência declarado ferozmente que as acusações não possuíam

¹⁸ No terceiro volume de sua obra, intitulada *Tragicomedia Mexicana*, o literário mexicano José Agustín (2013) se utiliza dessa expressão para se referir ao suspeito corte do sistema que deveria efetuar o cômputo dos votos na eleição presidencial de 1988. Tal episódio gerou muita discussão e desconfiança em relação à divulgação dos resultados que faziam de Gortari o presidenciável vencedor do sufrágio.

fundamento e que se valiam como sorrateiro artifício eleitoral. Ademais, vangloriava-se a Secretaria de Governação por haver aprimorado o processo de cômputo dos votos por meio da aquisição de um sistema eletrônico, no valor de 17 milhões de dólares, que possibilitaria a obtenção rápida de números preliminares e reduziria substancialmente o tempo para a divulgação do resultado final, sem deixar espaço, portanto, para fraudes.

No entanto, quando se iniciou o processo de contagem dos votos, o secretário de Governação informou que o mesmo sistema, do qual esperavam informação instantânea, não funcionava, em função de uma queda de seu sinal. Diz-se que o que ocorreu, verdadeiramente, foi a manipulação do resultado por agentes do governo que desconectaram o sistema ao identificar os importantes resultados positivos para Cárdenas de urnas providas da capital e do estado do México. Da mesma maneira como costumava acontecer antes do uso do sistema eletrônico, a Comissão Federal de Eleição informou os resultados oficiais uma semana após o pleito, sendo 50 por cento dos votos registrados para Gortari, 31 por cento para Cárdenas, e 17 por cento para Clouthier (AGUSTÍN, 2013).

Uma vez presidente, Salinas de Gortari necessitava se voltar, prioritariamente, aos assuntos econômicos, visto que a situação pela qual passava o país continuava tendo como problema os impactos econômicos negativos da recessão, contra os quais as políticas financeiras do governo anterior já haviam sido direcionadas, mas que acabavam impondo custos sociais muito altos¹⁹. Tal circunstância tornava peremptória uma conduta pragmática do governo que se iniciava.

Tendo em vista os efeitos agravantes da crise mundial de 1973 no país — fator causador da queda vertiginosa do valor do peso mexicano frente ao dólar — a crise da dívida mexicana de 1982 refletiu o auge da intensificação desses efeitos ao longo dos anos. Sendo assim, o projeto de Salinas se pautava primordialmente no revigoramento da economia nacional, lançando mão a uma estratégia de política

¹⁹ A esse respeito, Aguilar (2004) é atento à condição de recrudescimento do desemprego no país. Destaca que muitos grupos familiares recorreram ao auto-emprego, conforme ressentiam os efeitos da redução de seus salários, na esteira das iniciativas de austeridade do governo de Miguel de la Madrid (1982-1988). Consequentemente, este método de obtenção de renda figurou um intenso processo de expansão por todo o país, registrando a presença de centenas e, logo, milhares de vendedores informais em locais públicos de grande circulação de pessoas. Além disso, o autor identifica que outros indivíduos tentavam encontrar na emigração ilegal para o país vizinho, os Estados Unidos, uma forma de alcançar novas e promissoras fontes de renda, ainda que para isso arriscassem suas vidas.

econômica que, em boa medida, orientava-se pela do governo de Miguel de La Madrid (1982-1988)²⁰. Com a ideia de escalar o Estado à função de extensor das possibilidades de investimentos, Salinas tinha a pretensão de seguir abrindo caminhos que operassem como fatores estimulantes para o projeto neoliberal já em vigência no país.

Ao ser capaz de orientar o avanço econômico no âmbito das dinâmicas de abertura comercial, o Estado trabalharia como catapulta do fenômeno de globalização capitalista. De tal forma, Gortari pretendia tornar possíveis as condições fundamentais para que o país experimentasse um processo de modernização consistente e perene, capaz de posicioná-lo em um patamar de destaque em meio a uma realidade internacional em franca transformação e fazê-lo atraente aos olhos dos investidores estrangeiros. No âmbito interno, deveria funcionar como permissor e mantenedor de melhores condições de vida à população mexicana. De fato, desde o início de seu governo, quando proferiu o discurso de posse do cargo presidencial, Gortari já deixou claramente expresso que o tema da modernização constituiria um dos aspectos norteadores das iniciativas de seu mandato:

La modernización de México es, también, inevitable; sólo así podremos afirmar nuestra soberanía en un mundo en profunda transformación (...) Ha terminado la llamada "guerra fría" (...) La tendencia mundial es que los estados se reestructuran en busca de mayor fortaleza y capacidad de dirección (...) Cambiaremos para estar en la vanguardia de la transformación mundial²¹.

Deve-se levar em conta que o governo de Salinas começou em um contexto de mudanças internacionais de bastante relevância. No interregno de 1989 a 1991, a queda do Muro de Berlim já anunciava o processo de decadência do sistema

²⁰ O governo de la Madrid deveu despender muito de seus esforços na tentativa de reverter o quadro de recessão que a economia mexicana vivenciava desde de 1982. A leitura feita pelo governo da conjuntura que enfrentava o conduziu aos empréstimos oferecidos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional como as opções imprescindíveis para resolver os problemas econômicos. Além disso, consoante com as atitudes dos governos estadunidense e inglês e atento às condicionalidades dos fundos de reserva internacional, a administração de la Madrid buscou diminuir a todo custo o déficit da contabilidade pública. Nesse sentido, os investimentos e gastos do setor público registraram ampla diminuição, assim como se iniciou um intenso processo de privatizações de empresas geridas pelo Estado. O projeto neoliberal mexicano criava, portanto, suas raízes.

²¹ A modernização do México é, também, inevitável; somente assim poderemos afirmar nossa soberania em um mundo em profunda transformação (...) Terminou a chamada "guerra fria" (...) A tendência mundial é que os Estados se reestruem em busca de maior fortaleza e capacidade de direção (...) Mudaremos para estar na vanguarda da transformação mundial. Excerto do discurso de posse do presidente Carlos Salinas de Gortari proferido em 1º de dezembro de 1988. GORTARI, Carlos Salinas. Discurso de toma de posesión. Comercio Exterior, México, vol. 31, n.12, dez. 1988.

internacional em voga à época, facetado no embate ideológico entre capitalismo e socialismo, e que culminou na dissolução da União Soviética. Sendo assim, o sistema internacional passou a ser não apenas sustentado, mas também direcionado pelo capitalismo, o qual se afirmou tanto como único paradigma ideológico, quanto modelo de produção possível. A configuração do ambiente internacional de então se tornou propícia para o reforço das diretrizes de política econômica internacional apregoadas pelos Estados Unidos e Inglaterra. Como já salientado, conhecidas como Neoliberalismo, prezavam pela liberalização do mercado mundial e a diminuição dos gastos públicos, bem como o estímulo aos fluxos de investimentos internacionais. Nesse sentido, o governo de Salinas de Gortari, “un gobierno atento y obediente a esas directrices resolvió ‘adelgazar’ el Estado, controlar la inflación reduciendo el gasto y vender más empresas gubernamentales, como los bancos y Teléfonos de México (...)”²² (AGUILAR, 2004, p. 295) como tentativa de se adaptar ao discurso da globalização capitalista.

Atento ao que havia prometido em sua campanha e ratificado em seu discurso de posse, Carlos Salinas entendia que o tema do tratamento da crise econômica deveria ser o passo inicial de seu projeto de modernização do país. Nesse sentido, a renegociação da dívida consistiu em um fator imprescindível para que o governo pudesse reaver suas forças econômicas e encontrar espaço para a estabilidade de seus saldos. No entanto, a prioridade por ele pensada não consistia em simplesmente quitar a dívida — até porque isso poderia induzir o recrudescimento da situação de recessão do país —, mas sim permitir que o país voltasse a crescer para, então, ser capaz de atender aos serviços da dívida externa.

Ao discurso do presidente, do qual fez parte a declaração enfática de que “por encima de los intereses de los acreedores está el interés de los mexicanos”²³, seguiu-se uma reação imediata de preocupação e temor por parte da comunidade financeira internacional, cuja compreensão dos dizeres do mandatário mexicano a conduziu ao pensamento de que pudesse haver novamente um episódio de moratória.

Então, ainda no primeiro ano do mandato de Gortari, iniciaram-se as conversações junto aos credores da banca internacional com o objetivo de definir as

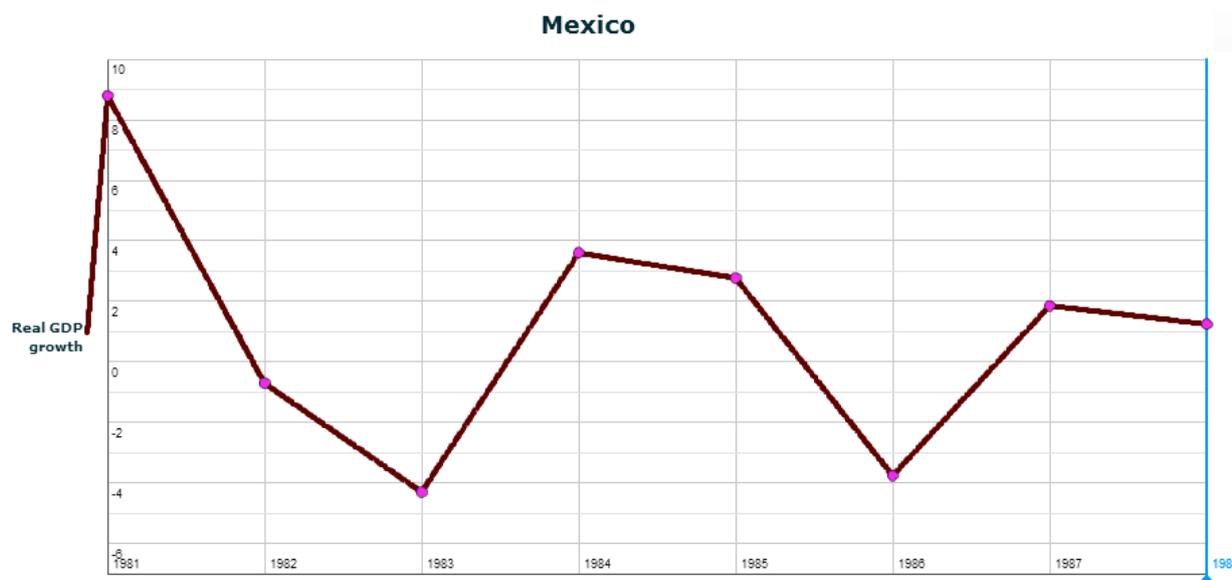
²² Um governo atento e obediente a essas diretrizes resolveu “afinar” o Estado, controlar a inflação reduzindo o gasto e vender mais empresas governamentais, como os bancos e Telefones do México (...).

²³ Por cima dos interesses dos credores está o interesse dos mexicanos. Ibid.

propostas para a negociação dos saldos externos devedores do México. A parte negociadora mexicana se posicionava levando em consideração que o atendimento das requisições dos prestamistas obstava de forma aguda o crescimento do país e consistia em elemento de erosão de sua economia. De fato, durante os anos da década de 1980 e, sobretudo, a partir do anúncio da moratória, em 1982, os cofres mexicanos contabilizavam uma transferência média de 5 por cento do produto nacional para cumprir com o serviço da dívida externa (AGUSTÍN, 2013). Esse quadro fazia imperar uma condição em que os índices de crescimento do PIB mexicano dificilmente alcançavam aumento considerável. No gráfico 2, os dados permitem a constatação de que a taxa de crescimento real do PIB do país permaneceu notoriamente baixa entre os anos 1981 – 1988, sendo a média deste íterim praticamente zero.

De acordo com Agustín (2013), diante da proposta mexicana de reduzir a dívida em 55 por cento e de que a solvência fosse efetuada em até 2 por cento do PIB, os centros financeiros internacionais, por sua vez, demonstraram-se um tanto inflexíveis e deliberaram por não aceitá-la. As negociações seguiram complicadas, mas puderam experimentar certo avanço quando o governo dos Estados Unidos decidiu intervir, sob a forma do Plano Brady. Houve, então, o direcionamento dos diálogos a um acordo que se traduziu por meio de três opções a serem escolhidas pelos fundos prestamistas internacionais: amortização de 35 por cento da quantia principal da dívida; taxa de juros fixa a um percentual de 6,25; ou concessão de novos empréstimos em período de 15 anos, com gratuidade de créditos nos sete primeiros anos.

Gráfico 2 — México: crescimento real do PIB de 1981 a 1988.



Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development.

As negociações se encerraram ao início de 1990, apresentando como acordo a decisão de grande maioria dos fundos credores em optarem pela cobrança de juros a uma taxa fixa, enquanto os demais, por sua vez, se dividiram entre as outras possibilidades. Certamente, os esforços despendidos pelo governo mexicano no tratamento deste tema puderam operar essencialmente como uma “válvula de escape” para o setor econômico do país, porquanto conseguiram atenuar a pressão que o alto valor contabilizado pela dívida soberana exercia sobre o tesouro nacional e, igualmente, sobre os índices de crescimento do país. Conforme aponta Trejo-Delarbre (1992), com o conjunto de reduções negociadas, em termos totais, foi possível reduzir o montante devedor de 107 bilhões a 80 bilhões de dólares. Notadamente, estes valores representavam uma diminuição relevante, porém, não deixavam de ser, de acordo com a perspectiva crítica de Agustín (2013, p. 149) “una inyección de morfina en un caso de cáncer”²⁴.

A princípio, a esfera financeira internacional reagiu de modo positivo com o diagnóstico de recuperação da economia mexicana após as negociações, reavaliando o quadro de investimentos do país como um ambiente oportuno para redirecionar os fluxos de capitais estrangeiros diretos. Nesse sentido, as contas públicas puderam alcançar um estado de superávit e o fenômeno da inflação começou a apresentar um processo de queda. De fato, o autor Guillén (2012, p. 61)

²⁴ Uma injeção de morfina em um caso de câncer.

confirma que “la tasa de inflación bajó del 159% en 1987, a 51,7% en 1988 y 19,7% en 1989, hasta que ubicó en niveles de un dígito en 1993 (8%)”²⁵.

No entanto, a melhora que se seguiu ao tratamento da dívida não foi capaz de manter seus resultados estáveis por muito tempo, haja vista que sua natureza era de caráter essencialmente artificial. Ramos da Silva Jr (2006) explica que isso se deu na medida em que as despesas do setor público eram reduzidas e, sobretudo, por meio da valorização imposta sobre a dinâmica cambiária. Com o valor do peso mexicano mantido mais elevado em relação ao dólar, configurava-se, portanto, uma condição cambial indutora de efeitos contraproducentes para o equilíbrio da economia do país.

De acordo com o modo em como se expressam, geralmente, as consequências de alterações impostas ao funcionamento da taxa de câmbio em relação à balança comercial de um país, no caso mexicano logo se verificou tanto o acréscimo dos preços dos produtos nacionais para o comércio internacional, quanto a depreciação no valor dos artigos produzidos no exterior. Estes fatores operaram intrinsecamente para que o país registrasse déficits consecutivos em sua balança comercial. Nesta circunstância, o governo mexicano tentava, por meio de taxas de juros elevadas, prospectar capitais da comunidade financeira internacional e, assim, saldar os déficits comerciais que enfrentava. Contudo,

os capitais que entravam no México eram capitais especulativos e eram utilizados para financiar as importações de produtos supérfluos [bens de consumo], assim sendo, não estava havendo a modernização da economia mexicana, o país estava se tornando cada vez mais dependente do capital externo (SILVA JR., p. 211, 2006).

Dentro dessa perspectiva, torna-se possível suscitar a inflexão de que, ademais de o México ser encaminhado a uma posição de dependência direta em relação os fluxos de investimentos estrangeiros — como intenção de permitir a dinamização de sua economia —, paralelamente, criava-se maiores margens para que sucedesse um processo de desarticulação do mercado interno a partir do estímulo dado a entrada de mercadorias importadas com a manipulação da taxa de câmbio e dos juros. Acentuava-se, portanto, a tendência de liberalização da economia mexicana como resultado do estabelecimento da nova agenda de política

²⁵ A taxa de inflação baixou de 159% em 1987, para 51,7% em 1988 e 19,7% em 1989, até que parou em níveis de um dígito em 1993 (8%).

externa do país, pautada, fundamentalmente, sobre o receituário publicado no cerne do espectro heterodoxo neoliberal do Consenso de Washington. Os novos interesses tomaram o lugar das antigas prioridades da política desenvolvimentista e autonomista mexicana, seguidas até o início da década de 1980, e delinearam um posicionamento de correlação de empenhos político-econômicos junto aos Estados Unidos (MOREIRA; QUINTERO & DA SILVA, 2010).

Seguindo a estratégia de inserção internacional que punha em consecução, o presidente Salinas de Gortari também anunciou e deu continuidade ao plano de privatização de inúmeras empresas estatais, sendo a amplitude dessa ação um tanto extensa, abrangendo setores estratégicos para o Estado mexicano. A título de exemplificação, o setor bancário mexicano teve 18 bancos comerciais postos a venda e, igualmente, empresas estatais da área das telecomunicações, como Telefónos de México, e da aviação civil, como AeroMéxico e Mexicana de Aviación foram submetidas aos trâmites de privatização. Deve-se salientar, também, que algumas atividades reservadas constitucionalmente ao beneficiamento exclusivo do Estado mexicano foram acometidas, de certa forma, pelo ímpeto de privatizações do governo: a empresa estatal Petróleos de México (PEMEX) e o setor de geração e fornecimento de eletricidade se converteram em empresas de capital aberto²⁶.

Dessa maneira, o empenho em tornar enxuta a máquina estatal de seus déficits públicos era, notadamente, endossado. Sendo assim, mais uma vez atendia-se ao ditame do Consenso de Washington, segundo o qual as privatizações constituíam elemento fundamental para a desoneração do Estado. Um aspecto interessante suscitado por Guillén (2012) é o de que se iniciou um processo de recomposição da oligarquia mexicana como resultado das privatizações impulsionadas pelo governo. Os grupos oligárquicos, os quais representavam parte minúscula da população, puderam aceder ao controle das esferas bancárias, dos serviços de telecomunicação e de outros importantes meios de comunicação, articulando seus interesses reais ao campo de influência norte-americana.

A outra grande aposta do projeto neoliberal de Salinas de Gortari, senão a de maior magnitude, foi a firma do tratado que instituiu uma área de livre comércio conjuntamente com os Estados Unidos e o Canadá. As tratativas para instituir o *North America Free Trade* (NAFTA) — nome em inglês para Tratado de Livre

²⁶ Em termos totais, Moreira, Quinteros & da Silva (2010) somam que 80 por cento de um conjunto de aproximadamente 1200 empresas estatais foram arrematadas na onda de desestatização posta em prática no México.

Comércio da América do Norte — se iniciaram, a princípio, de modo informal em meados de 1990, para, então, tomar contornos formais a partir de 1991. Contudo, Agustín (2013) destaca o curioso detalhe de que inserir o México em uma área de livre comércio com os vizinhos do norte não foi tema anunciado por Salinas de Gortari em momento algum enquanto durou sua campanha eleitoral. Tampouco, foi assunto integrado ao *Plan Global de Desarrollo* anunciado tão logo se tornou presidente.

O que se deve perceber, no entanto, é o fato de que o mandatário mexicano passou a crer que o seu projeto de modernização não disporia de bases realmente sólidas se detivesse como seus sustentáculos apenas os saldos gerados pelas privatizações e fluxo de investimentos estrangeiros. Então, empenhou-se por estabelecer uma área de livre comércio em correlação aos Estados Unidos e ao Canadá como mecanismo gerador de maiores estímulos a economia de seu país.

5.2 A criação do NAFTA

Em 1988, igualmente ao México, novas eleições também haviam sido realizadas nos Estados Unidos para eleger o sucessor de Ronald Reagan. Vitorioso do sufrágio, George H. W. Bush (1989-1993) adotou uma postura frente ao México nos mesmos moldes da onda neoliberal difundida por seu antecessor. Para os Estados Unidos, a reforma política que se anunciava no país vizinho, desde a institucionalização da esquerda com a criação da FDN²⁷ ao fim de 1987, deveria ser posta a segundo plano, enquanto, na verdade, o que deveria ser prioridade era a abertura do mercado mexicano. O que se deve perceber, no entanto, é o fato de que em um contexto ainda de Guerra Fria o governo estadunidense não apoiaria um processo de reforma política que abrisse margem de ação para um partido representante da esquerda, muito menos em um país tão próximo, como o México. O objetivo, então, era prover respaldo ao projeto de Salinas, que não poderia deixar de ter como prioridade o tema economia, diante de um Estado com estragos financeiros bastante vastos. Segundo Bello,

²⁷ Cuauhtémoc Cárdenas, filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) e candidato a presidência nas eleições de 1988, mobilizou a articulação da esquerda em meio ao círculo político mexicano a partir de uma dissidência do PRI, e com respaldo de outros grupos fundou a Frente Nacional Democrática, em 1987.

E.E.U.U. prefería a un gobierno mexicano autoritario y anti-democrático que siguiera las pautas del capitalismo, a un gobierno progresista que criticara las recetas neoliberales e impulsara el papel del Estado como rector de la economía. Bush concordaba con Salinas en que la reforma política podía esperar, pero la economía era urgente; como muchos autores señalan, el gobierno salinista implantaría una *perestroika* sin *glasnost* (BELLO, 2006, s/p)²⁸.

O projeto chave de Salinas consistia em promover o México ao primeiro mundo acompanhando o processo de globalização dos fluxos de capital internacional. O contexto do fim da Guerra Fria e a queda da União Soviética trouxeram novas preocupações para seu governo. Os capitais que poderiam ser canalizados para América Latina e aproveitados, sobretudo, pelo México encontraram nova opção de investimento nos países do leste europeu e sudeste asiático, devido ao fato de não estarem mais sob a égide do socialismo. Essas circunstâncias influenciaram para que Salinas, então, fizesse a proposta da formulação de um acordo de livre comércio entre México e Estados Unidos.

As negociações para a assinatura do tratado entre os dois países tiveram início no ano de 1990, com vistas a que fosse possível gozar de tempo suficiente para que, em fins de 1992, tal tratado pudesse ser ratificado e ter validade jurídica, bem a tempo de ajudar Bush em sua intenção de reeleição (BELLO, 2006, s/p). A partir dessa concepção, pode-se inferir que o tratado representaria uma ferramenta política imprescindível para Bush, pois permitiria a disposição dos Estados Unidos o petróleo do golfo mexicano sem tarifa de importação. No entanto, Bush não se reelegeria.

O tratado de livre comércio com os Estados Unidos tomaria a forma do NAFTA quando, em 17 de dezembro de 1992, a proposta de integrar o tratado foi aceita e ratificada também pelo Canadá, país com o qual os Estados Unidos já mantinham em vigência um tratado de livre comércio desde 1988. Ao ser homologado pelos ordenamentos jurídicos dos respectivos membros, o Tratado passou a funcionar com abrangência para os três países conjuntamente no dia 1º de janeiro de 1994 e, a partir de então, representaria o marco do *acoplamiento* mexicano à Casa Branca dos temas essenciais da agenda internacional do país.

²⁸ Os EUA preferiam um governo mexicano autoritário e antidemocrático que seguisse as pautas do capitalismo, do que um governo progressista que criticasse as receitas neoliberais e impulsasse o papel do Estado como gestor da economia. Bush concordava com Salinas em que a reforma política podia esperar, mas a economia era urgente; como muitos autores destacam, o governo salinista implantaria uma *perestroika* sem *glasnost*.

Segundo Russel e Tokatlian (2009), ao se tratar de um modelo de política externa em relação aos Estados Unidos, o *acoplamiento* se define como o reconhecimento da dependência frente ao polo de poder, expresso pela persecução das instruções do Consenso de Washington no âmbito econômico, pela consideração dos Estados Unidos como aliado no universo político, e, finalmente, pelo posicionamento que marca indiferença frente à região.

Seguindo a percepção do *acoplamiento*, a radical mudança da política externa mexicana, ao recorrer aos Estados Unidos, torna possível identificar que a estratégia do governo de Salinas para conferir modernização ao país partia do pressuposto de que a América Latina não detinha meios de oferecer ao México o que necessitava para lograr tal objetivo. Esse fato, no entanto, acaba por repercutir de maneira negativa para o México frente aos países que compõem a América Latina, uma vez que estes passam a percebê-lo como um Estado cuja identidade é marcada fortemente por um perfil flutuante entre o que é ser latino-americano ou norte-americano (BELLO, 2006). Ao negligenciar a identidade — que abrange aspectos muito mais que econômicos — com os países latino-americanos, o México de Salinas demonstrou abrir mão do comprometimento aos projetos latino-americanos de integração regional para poder alinhar seus interesses aos das potências norte-americanas, sobretudo, aos dos Estados Unidos. É dizer, consolidou a dependência mexicana, aceitando o tratamento não-recíproco, frente a economias de peso e muito mais bem estruturadas, sob a luz do puro neoliberalismo.

Há quem diga que outros esforços de política externa mexicana, mais tarde, foram despendidos em direção a América Latina, como de fato foram, a exemplo da criação do G-3 com a Colômbia e a Venezuela, em 1994. Este grupo, entretanto, previa o estabelecimento de livre comércio entre os três países, mas que, igualmente aos demais esforços mexicanos para a região latino-americana, “foram parte de uma estratégia (...) para amortecer as reações à mudança radical na política externa mexicana e até para abrir caminho para as futuras negociações da ALCA” (GUIMARÃES, 2005, p. 405). A intenção era tentar demonstrar que sua qualidade latino-americana não havia sido descaracterizada com sua inserção ao NAFTA. De acordo com Bello (2006), à retórica mexicana cabia o tratamento dos laços com a América Latina e os países em desenvolvimento, enquanto que a prática se restringia ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

Se para o México integrar o NAFTA significava ter a grande oportunidade de finalmente aproveitar o acesso ao forte mercado estadunidense — ainda que isso consistisse em acreditar em uma ilusão disfarçada pela propaganda da modernidade do discurso neoliberal —, para os Estados Unidos celebrar um acordo de livre comércio com um país latino-americano também os beneficiava. O tratado representava um artifício político-diplomático para a canalização de uma perspectiva positiva do *The Enterprise for the Americas Initiative* (A Iniciativa para as Américas), o embrião lançado pelo presidente George H. W. Bush, em 1990, do que mais tarde conformaria a proposta da ALCA, com a promoção dos pontos de sua proposta em direção ao restante da América Latina. Sem deixar de considerar os aspectos conjunturais, a nova iniciativa apresentada pelo dirigente norte-americano foi concebida, em meio aos esforços da administração econômica do país, para tratar do déficit comercial que os Estados Unidos enfrentavam desde 1986, em decorrência da crise que dificultava a América Latina em promover suas importações e honrar o pagamento da dívida externa. Nesse sentido, o historiador Bandeira confirma:

A fim de pagar dívida, conforme a advertência do seu embaixador no Brasil, Harry W. Schlaudeman, os Estados Unidos precisavam, portanto, obter enorme superávit comercial, razão pela qual o governo de Washington, sob pressão dos exportadores, tratou de compelir os países da América Latina, a promoverem unilateralmente a liberalização do comércio exterior (BANDEIRA, 2010, p. 470).

Com efeito, cabe aqui ressaltar a relevância dos aspectos geoestratégicos dos Estados Unidos em relação ao México. Devido ao seu posicionamento geográfico privilegiado marcado pelo contato direto com os Estados Unidos por meio de sua fronteira norte, o México ofereceria àquele país condições de facilitar o interesse de propagação da nova iniciativa de relacionamento vinda do norte, servindo como um elo territorial, e também político, entre América do Norte e América Latina.

Levando em consideração a importância do aspecto da proximidade pelo contato fronteiriço e a concepção do elo territorial com os demais países da região, talvez assinar um acordo da natureza do NAFTA com algum outro país latino-americano, que não o México, tornaria dificultoso tanto a intenção de vender a proposta da Iniciativa para as Américas, quanto de garantir maiores proveitos

comerciais de uma economia em desenvolvimento e fragilizada. Ainda que o NAFTA (e destarte, a Iniciativa para as Américas) não preveja os demais estágios de integração para além do tratado de livre comércio (TLC), o fator da proximidade pela fronteira confere facilidade de intercâmbio de mercadorias para todos os membros, devido a contiguidade territorial. Notoriamente, a facilidade é maior para os Estados Unidos, por ser o membro com a economia mais forte e industrializada e com produção de mercadorias de maior qualidade e aprimoramento tecnológico²⁹.

Enfim, “a iniciativa do NAFTA servia (...) como uma espécie de fator de atração e monitoramento sobre os países latino-americanos, e de base para uma futura integração hemisférica (...)” (VIZENTINI, 2008, p. 87). Outrossim, integrar-se ao NAFTA estabelece um cenário de restrição de manobras regionais para o México. Não consegue prospectar os benefícios em níveis equânimes dos outros membros do bloco que integra, e quando tenta investir em algum tipo de aproximação com outro país latino-americano, “grande parte da dificuldade da aproximação advém dos constrangimentos impostos à atuação internacional do México pela proximidade com os Estados Unidos e pelo NAFTA”(CEPIK, JORNADA & BORBA, 2012, p. 69).

5.3 O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e a formação do MERCOSUL

Enquanto Carlos Salinas de Gortari chegava à presidência do México, sob fortes suspeitas de fraude eleitoral após a “caída del sistema”, no Brasil, Fernando Collor de Melo³⁰ se tornava presidente em 1990, sendo eleito por um partido

²⁹ Nesse sentido, é bastante esclarecedor o papel desempenhado pelas *maquiladoras* no mercado mexicano. Consistem em filiais de empresas norte americanas em território mexicano na região de fronteira e processam artigos manufaturados ao importar peças e componentes vindos das matrizes nos Estados Unidos. Por isso, beneficiam-se excessivamente com um balanço de gasto reduzido para o custeio da mão-de-obra que, sendo mexicana, é notoriamente mais barata do que a norte-americana. Informação disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/paradigmas/nafta.html>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

³⁰ Proveniente da classe média alta do Estado de Alagoas e de uma família com experiência no ramo político, Fernando Collor de Mello era um jovem político brasileiro em cuja trajetória já havia exercido algumas funções importantes da gestão pública. Foi prefeito da capital Maceió, entre 1979-1982, representou o estado de Alagoas no Legislativo em Brasília, ocupando um cargo de deputado federal, nos anos de 1982 a 1986, e esteve à frente do governo do mesmo estado de 1987 a 1989. Sobre Collor, também é válido lembrar que, uma vez empossado Presidente da República, mais precisamente em 15 de março de 1990, registrou-se como o mais jovem político a estar incumbido do mais alto cargo do executivo brasileiro. Também, tornou-se o primeiro mandatário eleito por meio de votação direta após o regime militar (ABREU et al., 2001).

fantasma, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criado com a finalidade apenas de promover o candidato à presidência.

Demonstrando possuir o perfil de liderança política tão ansiosamente aguardado por uma sociedade marcada pelas mazelas da restrição política do período ditatorial, que encerrara há pouco tempo, Collor era um político cujo discurso se pautava em temas promissores. Disso, faziam parte o combate à corrupção (“caça aos marajás”), à lentidão do funcionalismo público, assim como a busca pelo novo e a renúncia dos momentos considerados de atraso para o país. No entanto, tal discurso demonstrava-se raso, à medida que não lhe era agregado nenhum outro tema de relevância que pudesse expandir a abrangência de suas metas de política. Nesse sentido, Vizentini (2008) salienta que Collor consistia em um estranho personagem que verdadeiramente havia sido produto de engenharia política, uma vez que conseguira a eleição por meio de uma ação conjunta do marketing norte-americano com intenso apoio da grande mídia³¹.

A onda neoliberal da década de 90 foi capaz de estabelecer uma esfera de influência ampla na América Latina, e, assim como no México, teve seus fiéis seguidores em outros países importantes da região, como Carlos Menem (1989-1999), na Argentina, Alberto Fujimori (1990-2000), no Peru, Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997) / (2002-2003), na Colômbia e Carlos Andrés Pérez (1989-1993), na Venezuela. No Brasil, seu seguidor paradigmático foi Fernando Collor. Engajou-se no sentido de conduzir o governo a uma redução do controle de suas funções econômicas, realizando uma abertura desmedida do mercado interno sem utilizar qualquer tipo de artifício que garantisse à economia brasileira compensações e favorecimentos em contrapartida. A preocupação de lógica econômica por parte do círculo político dirigente de que se tratava de assunto vital o resguardo da produção nacional frente à competição desigual com os produtos estrangeiros, nem sequer foi considerada. O aspecto intrigante do descuido do próprio mercado interno – e aqui consideramos juntamente os procedimentos político-econômicos do Brasil e México -

³¹ Igualmente ao que havia ocorrido no México durante a campanha presidencial de Salinas de Gortari, no Brasil, a mídia se articulou em torno do candidato Collor de Mello e lhe proveu apoio disfarçado em mensagens que muitas vezes se traduziam em comparações propositalmente desiguais dos outros candidatos em relação a Collor. Sendo assim, muito da vida pessoal dos outros presidenciáveis era utilizado pelos meios de comunicação como artifício para tentar emanar influência sobre a intenção de voto da população brasileira. Nesse sentido, é marcante o episódio do depoimento televisionado da ex-cônjuge do candidato da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, em que se relatavam problemas de relacionamento entre os dois, o que impactou negativamente em sua candidatura.

é o fato de que justamente o oposto disso foram as condutas dos países desenvolvidos com os quais Collor e Salinas de Gortari ansiavam se relacionar política e economicamente.

O processo de privatizações que se iniciou no Brasil, à luz dos ajustes econômicos do novo capitalismo global e seguindo o receituário do Consenso de Washington, consistia em manobra política. Pretendia, não só abreviar o montante de gastos governamentais direcionados à manutenção das empresas estatais (déficit público), como também fomentar a entrada de capitais no país. O que é importante destacar é o fato de que

as empresas estatais mais lucrativas começaram a ser privatizadas, geralmente de forma escandalosa, abaixo de seu preço de mercado (parcialmente pagas com “papéis podres”) e em sua maioria financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Pior, geralmente a privatização significava desnacionalização, como no caso da telefonia, (...), que foi dominada por estatais espanholas (algumas delas, como as espanholas, com ações norte-americanas) (VIZENTINI, 2008, p. 80).

A título de comparação, pelo menos no que se refere à telefonia, no México sua privatização não representou desnacionalização do setor, pois, segundo Guillermina Paz, a compra fora efetuada pelo empresário e mexicano Carlos Slim, amigo do presidente Salinas³². Conforme ilustra a tabela abaixo, no Brasil, a abertura unilateral do mercado brasileiro realizada por decisão do presidente Collor experimentou um compasso ligeiro, haja vista a eliminação de todos os obstáculos comerciais de natureza não tarifária, além de os entraves de natureza tarifária sofrerem redução em velocidade acelerada. No entanto, a pressa com que tal abertura foi implementada no Brasil nesse período não foi a mesma se comparada com o processo de liberalização adotado pelo México. Neste país o início de tal processo havia sido dado no mandato de Miguel de La Madrid (1982-1988), perpetuado no de Salinas de Gortari (1988-1994) e seguido no de Ernesto Zedillo (1994-2000).

³² Informação contida no artigo *El innombrable Carlos Salinas de Gortari*. Disponível em: <http://www.uam.mx/difusion/casadeltiempo/14_15_iv_dic_ene_2009/casa_del_tiempo_eIV_num14_15_27_30.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2013.

Tabela 2 — Alíquotas de importação brasileira entre 1990-1994 (em porcentagem).

	1990	1991	1992	1993	1994
Tarifa média	32,2	25,3	21,2	17,2	14,2
Tarifa modal	40,0	20,0	20,0	20,0	20,0
Desvio padrão	19,6	17,4	14,2	7,9	7,9

Fonte: Horta et al. (1992). Elaboração própria.

O grande esvaziamento do projeto brasileiro de caráter nacional-desenvolvimentista, de tradição autônoma, pelo governo Collor, em prol do avanço à modernidade na órbita do Consenso de Washington, constituiu um elemento importante no tracejo das relações entre Brasil e Estados Unidos, marcadas por um negligente alinhamento da política externa brasileira à Casa Branca. Sua simplificação à abertura indiscriminada do mercado nacional ao mundo apresentou também sua vertente regional, concebida, em conjunto com a Argentina de Menem pela Ata de Buenos Aires, de 1990, na forma de um mercado comum que seria instituído antecipadamente em até metade do tempo de que havia sido planejado. A continuação, explicar-se-á o desenrolar do processo.

Durante a presidência anterior à de Collor, o tema da integração (sub) regional, fomentada a partir do âmbito bilateral, fora tratado com interesse pelo presidente José Sarney (1985-1990). Acompanhando o igual anseio do presidente argentino Raúl Alfonsín (1983-1989), contemplaram conjuntamente um projeto de área de livre comércio, com a assinatura, em 1988, do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. O tempo para sua implementação havia sido acordado para dez anos. Na verdade, pode-se inferir, de acordo com os dados apresentados por Amandino Teixeira (2010), que este tratado representa a evolução dos debates de integração bilateral e estreitamento dos graus de entendimento na América do Sul vindos desde 1985. No contexto da retomada de regimes democráticos no Brasil e Argentina, fora assinada anteriormente a Ata de Iguazu servindo de plataforma para a celebração do Tratado de Integração e Cooperação Econômica, em 1986. Se se analisa o próprio peso semântico da palavra “Desenvolvimento”, a qual substituiu a expressão “Cooperação Econômica” no tratado de 1988, a troca em si já abre margem para inflexão de que os interesses do

processo de integração não tenderiam a estar restritos apenas ao campo econômico.

Contudo, em seu mandato, o presidente Collor, com a ajuda do presidente Carlos Menem, da Argentina, preferiu encurtar o prazo em que o mercado econômico comum deveria levar para se instaurar. Sendo assim, adaptaram-se as deliberações do Tratado de 1988 e se definiram novos contornos para o projeto de integração, convertendo-o em Mercado Comum, o MERCOSUL, a partir da anuência dos pontos consagrados na Ata de Buenos Aires, em 1990. Com o Tratado de Assunção de 1991, agregava-se também ao empenho de estruturação e edificação do plano de integração dos países do Cone Sul, agora dentro do limite de quatro anos, o Paraguai e o Uruguai. Sem levar em consideração o período durante o qual fosse essencial dar chance a adequação dos setores pilares da economia diante do novo ambiente de concorrência, o presidente brasileiro demonstrou-se insensato. Insufinou a aceleração de um processo de integração dos mesmos moldes daquele em que os países da Europa Ocidental tardaram cerca de quarenta anos para solidificar. Em relação a tal decisão, o Embaixador Paulo Nogueira Batista (1993, p. 111) resume, criticamente, que “em essência tudo se passa como se o MERCOSUL nada mais fosse do que um instrumento adicional de aceleração da liberalização da economia brasileira, sem discrepar, portanto, das grandes linhas do *Washington Consensus*”.

Russel e Tokatlian (2009), quando estudaram sobre os modelos de opção de política externa dos países, em especial de América Latina, frente ao polo de poder estadunidense, apresentaram um modelo intitulado *oposición limitada*. A consideração de tal modelo no referencial teórico é vista como importante, pois antagoniza com os objetivos de Collor e o papel que o MERCOSUL tinha para ele. A *oposición limitada* é caracterizada por seus formuladores como

una política mixta hacia Estados Unidos en la que se combinan desacuerdo y colaboración, concertación y obstrucción, deferencia y resistencia. La integración regional es considerada esencial para el incremento del poder negociador conjunto del área frente a Estados Unidos. Los vínculos políticos con los países más cercanos son importantes para fortalecer el diálogo diplomático con Washington (...) Desestimula la negociación inmediata de un área de libre comercio hemisférica (RUSSELL & TOKATLIAN, 2009, p. 231)³³.

³³ Uma política mista em direção aos Estados Unidos na qual se combinam desacordo e colaboração, concertação e obstrução, deferência e resistência. A integração regional é considerada essencial para o incremento do poder negociador conjunto da área frente aos Estados Unidos. Os vínculos

Diferentemente do que diz o modelo supracitado, o engajamento de Collor em apressar o ritmo da constituição do MERCOSUL não representava um interesse concreto do presidente em fortalecer o processo de integração regional, mas sim, pretendia promover a liberalização comercial a um compasso mais acelerado, o que era visto por ele, virtualmente, como “integração”. Esta questão é endossada quando, alguns meses após a celebração do Tratado de Assunção, Collor viaja a Washington para tratar dos problemas da dívida externa, e celebra com o presidente Bush o acordo “Quatro mais um”, também conhecido como *Rose Garden*. Por meio dele, Collor conduziu o MERCOSUL, como bloco, a participar das negociações junto aos Estados Unidos sobre o estabelecimento da área de livre comércio no hemisfério (BANDEIRA, 2010). Por essa razão, não se poderia falar em uma mudança de opção de política externa do Brasil em relação aos Estados Unidos, só por que a partir de então conversaria como bloco, mas sim, de mais um fator de liberalização comercial.

A proposta da Iniciativa para as Américas como iniciativa de um plano alternativo de integração hemisférica feita por George H. W. Bush aos demais países do continente, não foi recebida com ânimo pelo Brasil. No entanto isso se deu, não porque assim o quisesse Collor, mas porque ouvira os conselhos advindos do Itamaraty, de cujos funcionários seguiam emanando posicionamentos de base nacionalista, e que salientavam a natureza perturbadora da proposta para o desenrolar dos processos de integração a nível latino-americano (BATISTA, 1993).

Sendo assim, em relação à atuação brasileira no sentido de instituir o processo de integração na América do Sul durante o governo Collor, o que se pode concluir é o exame de que o presidente, na medida em que despendia forças para catalisar a integração entre os países da Bacia do Prata, nem percebia quais os impactos que a proposta de Bush poderia implicar para a América do Sul. Não fosse a influência e habilidade do Itamaraty, com muita probabilidade, iria aceitar a proposta norte-americana de integração.

No entanto, à diferença do México, registra-se que, por meio do Tratado de Assunção, os países da América do Sul, ao menos, consideraram um ao outro na perseguição do objetivo de ampliação da liberalização comercial, pelo qual

políticos com os países mais próximos são importantes para fortalecer o diálogo diplomático com Washington (...) Desestimula a negociação imediata de uma área de livre comércio hemisférica.

acreditavam, na época, alcançar maiores estímulos para o desenvolvimento. Assim, puderam conformar o MERCOSUL como bloco essencialmente latino-americano. Contudo, cabe ressaltar que, enquanto Sarney e Alfonsín somaram esforços para conquistar os resultados econômicos por meio de atos políticos, celebrados pelos Tratados de 1986 e de 1988, Collor e Gortari perseguiram exatamente a estratégia inversa. Buscaram, por atos econômicos (MERCOSUL e NAFTA), atingir objetivos políticos.

Divergentemente do análogo governo do mandatário mexicano, Collor não pôde concluir o período ao qual havia sido delegado para exercer o cargo de presidência. O desgaste que acabou permitindo em seu relacionamento com o povo brasileiro, sobretudo, com a própria parcela da população que o havia eleito, representada pela elite do país, tinha as causas assentadas na negligência em que tratava de assuntos sobre os quais estava ligado diretamente o empresariado brasileiro³⁴. Além da consecução do indiscriminado plano de privatizações e desnacionalização das companhias estatais, o presidente Collor pôs em execução planos econômicos (Plano Collor I e Plano Collor II) pretensivos a conter e abrandar o fenômeno inflacionário lançando mão de mudanças e procedimentos traumáticos. Enquanto o primeiro plano se baseou no aprisionamento temporário da liquidez, por meio do sequestro da poupança e outros investimentos, o segundo se deteve prioritariamente na racionalização dos gastos públicos, sendo que nenhum dos dois foi exitoso no controle da inflação (CASTRO, 2011). Ao quadro de insatisfação, somaram-se suspeitas de corrupção por parte de alguns colaboradores do presidente que agiram com sua anuência. O processo de deslegitimação do governo, então, conduziu ao *impeachment* de Collor, finalizando seu governo em 1992, dois anos mais cedo do que deveria.

³⁴ O historiador Vizentini (2008, p. 81) aborda tal aspecto tecendo um comentário explicitamente crítico sobre o assunto. Alega que o “Estado brasileiro começou a ser desarticulado por um grupo de aventureiros que não possuía um projeto consistente. Essa equipe, liderada por um homem psicologicamente instável, sofreu vários tropeços e gerou descontentamento até entre os que o haviam conduzido ao poder”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por entender a importância de tratar os acontecimentos históricos de modo indissociável, na perspectiva de que, dessa maneira, obtém-se uma compreensão mais abrangente de suas causas e feitos, o presente trabalho recorreu a uma abordagem caracteristicamente holística a respeito do curso da história durante o recorte temporal a que se propôs estudar. Nesse sentido, buscou-se destacar os principais fatos que marcaram o contexto internacional do fim do século XX, como tentativa de elucidar a maneira em que se semearam e se desenvolveram as experiências neoliberais mexicana e brasileira, no decurso dos governos de Salinas de Gortari e Collor de Mello.

A derrocada do sistema financeiro internacional, sustentado pelo regime de Bretton Woods, refletiu a falta de habilidade dos Estados Unidos em administrar, como potência mundial, a expansão financeira de sua economia. Sendo fenômeno inerente de cada ciclo sistêmico de acumulação, a expansão financeira do ciclo americano se deu de maneira negligente, uma vez que assentou sua estrutura sobre um regime de paridade que exigia dos Estados Unidos constante disciplina monetária. Em consequência, advieram os choques do petróleo, revelando o grau de vulnerabilidade da economia dos países frente ao paradigma energético baseado majoritariamente no hidrocarboneto. Diante de tais adversidades econômicas, os países reagiram com esforços em direção à produção interna e mesmo com a busca de outras alternativas de fontes energéticas. O que se verificou, entretanto, foi a sucessão da crise da dívida na América Latina diante da incapacidade das nações dessa região em honrar com os empréstimos adquiridos para financiar seus projetos energéticos e de crescimento econômico. Atribuindo o momento de recessão ao esgotamento do modelo de substituição de importações e enfraquecimento do poder estatal, o neoliberalismo tomou espaço como novo padrão econômico e se difundiu pela América Latina.

Todos os fatores elencados até aqui já representam, por si só, elementos influenciadores à consecução da mudança das políticas externas mexicana e brasileira em direção à Washington e do abandono de seus respectivos projetos de desenvolvimento autônomo. Porém, verificou-se, também, a existência de influências de caráter direto a esse processo. O fim da Guerra Fria trouxe consigo uma atmosfera de pensamentos e tendências conceituais que versavam a respeito da

configuração de uma nova ordem internacional pautada na ideia do capitalismo triunfante como único modelo de produção e de sociedade possível. Parte disso, a hipótese do Fim da História, sustentada por Francis Fukuyama, fazia crer que a história havia chegado ao fim com o término do embate ideológico da Guerra Fria e que, por isso, não havia mais caminho a seguir, senão aqueles tutelados pelos Estados Unidos, conduzindo à democracia liberal do modelo norte-americano, ao capitalismo e ao livre mercado. Além disso, a forte recessão, com alta inflação e baixos índices de crescimento, pela qual passaram o México e o Brasil, na década de 1980, foi aproveitada pelos intelectuais adeptos ao neoliberalismo para formularem o Consenso do Washington. Nesse sentido, o receituário proposto pelo Consenso pôde encontrar espaço suficiente para difundir os postulados neoliberais pela América Latina.

Com a busca pelas respostas às quais se propôs chegar e com o balanço das informações consideradas e analisadas aqui, foi possível entrar em méritos que apontaram para o modo em como se deu o afastamento do México em relação aos demais países da América Latina. Apesar de possuir fortes intersecções culturais, societárias e históricas com eles, e que por si só já demonstram o quão além do âmbito econômico vão esses vínculos, o México perpetuou seu desinteresse pelo estreitamento das relações com o *vecindario* de Estados de raízes latinas localizados ao sul do continente, quando inverteu sua política externa a favor do envolvimento direto com os países norte-americanos, dos quais pareceu crer que poderia obter benefícios em “pé de igualdade”. Os Estados Unidos e o Canadá destoam do México em muitos aspectos: desde suas raízes civilizacionais até e, essencialmente, em suas condições econômicas.

Ao posicionar sua atenção em direção ao norte, com a assinatura do NAFTA, o México deu margem a inflexões de que não acreditava que as democracias centro e sul-americanas detivessem a capacidade de atender ao seu anseio de modernização, assim como Estados Unidos e Canadá poderiam fazer, provendo-lhe de investimentos. O que não se deve deixar de concluir é que, mesmo que tais investimentos possam representar algum incremento das estatísticas mexicanas de produção, a modernização e o desenvolvimento dificilmente conseguiram se desvencilhar de sua natureza artificial. Além disso, o México acabou perdendo a sua própria margem de manobra dentro da América Latina. Isso se dá porque quando procura amenizar a dependência que possui em relação aos Estados Unidos, e fugir

do grau de relacionamento desigual no bloco que integra, voltando-se para os demais países latino-americanos, encontra certa dificuldade em se acercar por conta de sua afinidade e proximidade com a potência mundial.

Em relação ao Brasil, o governo de Collor também se demonstrou um exemplo eloquente de adesão ao neoliberalismo. Representou um interregno da história do Brasil em que se operou o desvio e desinteresse pela persecução do projeto nacional-desenvolvimentista tradicionalmente autônomo e pela política externa independente, em cujos princípios estão baseados os quadros nacionalistas do Itamaraty. Em meio às mudanças significativas da ordem internacional contemporâneas à sua gestão, Collor concebeu a potência mundial como aliado inevitável e deu sequência a um processo de abertura comercial indiscriminado, reduzindo as alíquotas de importação e eliminando as barreiras não tarifárias às importações. Pelos empenhos liberais de seu governo, provou sua despreocupação pela execução de um processo bem estruturado e consistente de integração com os países vizinhos. Collor voltou-se a eles com a intensão de que pudessem servir de plataforma de apoio à configuração de uma área regional de liberalização econômica, nos mesmos moldes da relação que mantinha com as potências industrializadas, sobretudo, com os Estados Unidos. Por isso, acabou acelerando, de forma notória, o processo de integração iniciado pelos governos brasileiro e argentino, ao fim da década de 1980, cuja previsão era a de instaurar um mercado comum que considerasse o tempo necessário para a adaptação dos respectivos arcabouços econômicos. Mas, no momento de considerar o projeto de uma área hemisférica de integração emanada desde o norte, o governo de Collor não deteve envergadura e consistência em seu projeto de desenvolvimento nacional para impedir que o quadro nacionalista do Itamaraty pudesse exercer sua influência intelectual em desaprovação à iniciativa.

Feitas estas considerações, refuta-se a hipótese inicial do trabalho baseada na perspectiva de que os governos mexicano e brasileiro influenciaram da mesma maneira o processo latino-americano de integração, por terem optado em se enquadrar ao modelo de política externa do *acoplamiento*. Por todas as questões levantadas, o México formalizou e dotou de caráter agudo, com a formação do NAFTA, a sua presença na órbita de influência norte-americana. Foi cooptado ao interesse do *The Enterprise for the America Initiative* e constrangeu, de certa forma, seu relacionamento com os demais países da região que não pretendiam aceitar a

influência direta norte-americana. Embora o Brasil tenha seguido o modelo de *acoplamiento* ao longo do breve governo neoliberal de Collor, pôde conformar o bloco econômico MERCOSUL como um bloco essencialmente latino-americano e com aspirações de se tornar um mercado comum, e que, por problemático que seja, pode ser usado como um instrumento estratégico para o desenvolvimento autônomo dos países da região.

7 REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). **Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro: pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

AGUILAR, Luis Aboites. El Último Tramo, 1929-2000. In: GONZALBO, Pablo Escalante et al. **Nueva Histórica Mínima de México**. México, D.F.: El Colegio de México, 2004.

AGUSTÍN, Jose. **Tragicomedia Mexicana 3: la vida en México de 1982 a 1994**. Cidade do México: Random House Mandadori, 2013.

ALTMAN, Max. **A NAFTA trouxe mais prejuízos que benefícios ao México**. 2001. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/paradigmas/nafta.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: un balance provisorio. In: ANDERSON, Perry et al. **La trama del Neoliberalismo: mercado, crisis y exclusión social**. Buenos Aires: CLACSO, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/se/uploads/20100609030645/latrama.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 5. ed. Rio de Janeiro: UNESP, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BATISTA, Paulo Nogueira. A Política Externa de Collor: modernização ou retrocesso? **Revista Política Externa**, São Paulo, v. 1, n. 4, mar. 1993.

_____. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA JR, Paulo Nogueira (Org.). **Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil: ensaios e palestras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BELLO, Roberto Arnaud. **Amistad por Conveniencia**: la política exterior de México hacia Cuba de 1959 a 2006. 2006. – f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Relações Internacionais, Universidad de las Américas Puebla, Puebla, 2006.

Disponível em:

<http://catarina.udlap.mx/u_dl_a/tales/documentos/lri/arnaud_b_r/portada.html>.

Acesso em: 28 fev. 2014.

CASTRO, Lavinia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CEPIK, Marco; JORDANA, Helena; BORBA, Pedro. México: segurança, política e relações bilaterais com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo (Org.). **Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil**: as Américas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação de conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

EPSTEIN, Gerald. The Triple Debt Crisis. **World Policy Journal**, Nova York, v. 2, n. 4, p. 625-657, fall, 1985.

GORTARI, Carlos Salinas de. Discurso de toma de posesión. **Comercio Exterior**, Cidade do México, v. 31, n.12, dez. 1988. Disponível em: <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/193/16/RCE16.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

GUILLÉN, Arturo. **México, ejemplo de las políticas anti-desarrollo del Consenso de Washington**. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/05.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/files/literature/O%20CAMINHO%20DA%20SERVID%C3%83O%20-%20WEB.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

HORTA, Maria Helena; PIANI, Guida; KUME, Honório. A política Cambial e Comercial. In: **Perspectivas da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

IZERROUGENE, Bouzid. A relação dólar-petróleo, a nova configuração do comércio mundial de petróleo, os desequilíbrios americanos e os efeitos sobre os ciclos financeiros. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 75-92, jul. 2009. Disponível em: <http://www.fAAP.br/faculdades/economia/ciencias_economicas/pdf/revista_Economia_15.pdf>. Acesso em: 24 maio 2014.

JUNIOR, Amandino Teixeira Nunes. **Parlamento do Mercosul**: sobre a necessidade de definição de pressupostos e da adoção de procedimentos para sua criação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro & MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia Científica**: um guia prático. Bahia: Via Litterarum, 2010.

KILSZTAJN, Samuel. O Acordo de Bretton Woods e a evidência histórica: O sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 88-100, out./dez. 1989. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/36-6.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

MORALES, Josefina. El desarrollo desigual de México en el TLCAN. **Cuadernos de Nuestra América**, Cuba, vol. 19, n. 37-38, p. 61-82, jan./dez. 2006.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**: porque é que a única superpotência mundial não pode actuar isoladamente? Lisboa: Gradiva, 2005.

PAZ, Guillermina Baena. El inmemorable Carlos Salinas de Gortari. **Casa del Tiempo**, Cidade do México, v. 2, n. 14-15, p. 27-30, dez. 2008/jan. 2009. Disponível em: <http://www.uam.mx/difusion/casadeltiempo/14_15_iv_dic_ene_2009/casa_del_tiem po_elV_num14_15_27_30.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PEMEX. **Historia de Petróleos Mexicanos**. Disponível em: <http://www.pemex.com/acerca/quienes_somos/historia/Paginas/historia-pemex.aspx#.U4PP5ye9KK0>. Acesso em: 10 maio 2014.

PEREIRA, Bresser. **Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado. Novos Estudos CEBRAP**, [S.l.], v.-, n.-, p. 37-57, novembro 1993. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1993/93-UmaInterpretacaoDaAmericaLatina.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

PETROBRAS. **Memórias Petrobras**. Disponível em: <<http://www.memoria.petrobras.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2014.

PIMENTEL, Fernando. **O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RUSSEL, Roberto & TOKATLIAN, Juan Gabriel. Modelos de Política Exterior y Opciones Estratégicas: el caso de América Latina frente a Estados Unidos. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals: los retos de América Latina en un mundo en cambio**, Barcelona, v. 1, n. 85-86, p. 211-249, maio 2009.

SILVA JÚNIOR, Ary Ramos da. **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos Salinas (1988- 1992): o incremento da corrupção e seus custos sociais**. 2006. 306 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

SOARES, António Goucha. **As instituições internacionais e o crash de 2008**. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n22/n22a02>>. Acesso em: 07 maio 2014.

TREJO-DELARBRE, Raúl. Carlos Salinas de Gortari. Un Presidente que no deja de correr. **Nueva Sociedad**, [S.l.], v. -, n. 118, p.116-124, mar./abr. 1992.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do Mundo Contemporâneo: da pax britânica do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do Século XX**. 3. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

_____. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

WILLIAMSON, John. A Short History of the Washington Consensus. In: SERRA, Narcís; STIGLITZ, Joseph E. (Org.). **The Washington Consensus Reconsidered: towards a new global governance**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

WOODS, Ngaire. The Battle for the Bank. In: BIRDSALL, Nancy (Editor). **Rescuing the World Bank: A CGD working group report and selected essays**. Baltimore: Brookings Institution Press, 2006. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/sites/default/files/9781933286112-Birdsall-rescuing-world-bank.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

WORLD BANK. **World development indicators**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

YERGIN, Daniel. **The Prize: the epic quest for oil, money, and power**. Nova York: Simon & Schuster, 1991.